

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUNA HALABI BELCHIOR

**A RELIGIÃO NACIONAL:**  
**A experiência brasileira em Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro**

Mariana - MG

2018

LUNA HALABI BELCHIOR

**A RELIGIÃO NACIONAL:**

**A experiência brasileira em Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa, Ideias, Linguagens e Historiografia, da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Araujo

Mariana - MG

2018

B427r

Belchior, Luna Halabi.

A religião nacional [manuscrito]: a experiência brasileira em Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro / Luna Halabi Belchior. - 2018.  
80f.:

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Estado Nacional. 2. Pinheiro, Fernandes, 1825-1876 . 3. historiografia. I. Araujo, Valdei Lopes de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81):2(043.3)

Catálogo: [www.sisbin.ufop.br](http://www.sisbin.ufop.br)



Luna Halabi Belchior

“A religião nacional: a experiência brasileira em Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo**

Departamento de História/UFOP

**Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu**

Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Bruno Franco Medeiros**

Departamento de História/ USP

Para todos aqueles que fizeram parte desta travessia.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, que, embora ausentes, fazem parte da conclusão dessa etapa, pois são a energia para seguir em frente. Com minha mãe aprendi a sonhar, desde o meu primeiro dia de vida. Meu pai, entusiasta da vida adulta, sonhou comigo a concretização desta dissertação e tenho plena certeza que gostaria de me ver como mestre.

Às minhas queridas irmãs, obrigada por estarmos juntas nessa aventura, por todo o carinho e cuidado. Por todas as horas de ausência, agradeço a compreensão.

À Manu e Rafa: vocês têm uma madrinha historiadora e eu espero que se orgulhem disso.

Aos professores que fizeram parte dessa trajetória, meu grande agradecimento: Helena Mollo, por despertar o amor por História e por me ajudar com as questões da vida; Andréa Lisly, por me encantar com tanta erudição e por ser sempre amor; Sérgio da Mata, por ser um entusiasta do conhecimento; Luiz Estevam O. Fernandes, pelas conversas nas caronas para BH e por suas aulas inesquecíveis; Marcelo Abreu, Marcelo Rangel, Rodrigo Turin: por participarem da construção desse trabalho com toda paciência e carinho possíveis; Mateus Pereira, Luisa Rauter e tantos outros, colegas de NEHM e SNHH, obrigada por esses anos de convivência; Bruno Franco, “pela sincera e enorme amizade”; Valdei Araujo, orientador desse trabalho, por ser uma grande inspiração enquanto pesquisador e por sua ação no mundo: agradeço a paciência, carinho e cuidado durante esse longo percurso.

À SBTHH, por manter acesa em mim as convicções no campo e por ser um espaço de acolhimento e aprendizado sem fim.

Aos colegas de estudo do NEHM: obrigada pelas intensas trocas, em especial, Thamara e André.

Ao PPGHIS e demais professores do programa, muito obrigada pela compreensão e a possibilidade de conclusão desse trabalho.

À CAPES, por possibilitar o fomento da pesquisa durante os anos de sua execução.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo central compreender a construção da “religião nacional” nas obras do Cônego Fernandes Pinheiro. A construção da *religião nacional* estaria vinculada a um processo de abertura de um campo de experiência nacional brasileiro. Nesse sentido, a *religião*, compreendida como um sistema de valores e crenças que orienta os homens em seu agir, torna-se *nacional* à medida que se vincula ao objetivo de identificar, reconhecer e produzir a nação como filtro fundamental da experiência. A experiência de pertencer à nação se deu de múltiplas maneiras no cenário oitocentista brasileiro. Aqui, destacamos a atuação do Cônego Fernandes Pinheiro em diferentes locais de escrita e mobilização da história: o IHGB, a imprensa e espaços educacionais, compreendendo uma tarefa comum aos homens do período: *a de conformar Estado e Nação*. A nação, compreendida, sobretudo, como forma de participação política da sociedade civil, é narrada e comunicada através da história. É preciso, dessa maneira, reconhecer e projetar uma realidade “nacional”, “moderna” e “histórica”. Buscaremos descrever a necessidade apontada por Pinheiro em desenvolver o *gosto pela nação* como um aparato ou parte de um repertório que possibilitaria dar concretude à experiência do Brasil. As linhas mais gerais desse repertório seriam fundamentadas a partir da própria concepção do Cônego a respeito do papel da religião na sociedade moderna e, especificamente, na recém consolidada monarquia constitucional brasileira, dentre os anos de 1850 e 1875.

**Palavras-chave:** Estado Nacional; Pinheiro, Fernandes. Historiografia Brasileira

## ABSTRACT

This dissertation has as its central goal to comprehend the construction of “national religion” in Cônego Fernandes Pinheiro’s works. The construction of *national religion* would be linked to a process of opening up a Brazilian national experience field. To that extent, the *religion*, comprehended as a value and beliefs system that guides men in their actions, becomes national as it attaches itself to the use of identifying, recognizing e producing nation as a fundamental filter of experience. The experience of belonging to a nation occurred in many ways throughout the nineteenth-century Brazilian cenario. Here we highlight Cônego Fernandes Pinheiro’s actions in different writing and history mobilizing places: the IHGB, the press and educational spaces, understanding a common task to the men of the period: *to conform State and Nation*. The nation overall comprehended as the political participation of the civil society is narrated and communicated through history. This way, recognizing and projecting a “national”, “modern” and “historical” reality is necessary. We will try to describe the “taste for the nation”, pointed by Fernandes, to develop the nation liking as an apparatus or a piece of a repertoire that would allow the experience of Brazil to be concrete. This repertoire’s general lines would be substantiated by Cônego’s own conception of religions role in modern society and specifically, in the fresh consolidated Brazilian constitutional monarchy, between the 1850 and 1875 years.

**Keywords: National State; Pinheiro Fernandes; Brazilian historiography**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: NAÇÃO, MODERNIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA OITOCENTISTA .....	8
1 TRADIÇÃO, MODERNIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA .....	18
1.1 Horizontes de formação: Romantismo, Iluminismo, Ecletismo.....	18
1.2 As diversas trincheiras da educação nacional.....	23
1.3 Os periódicos oitocentistas e as disputas pelo presente.....	30
2 CONSTRUINDO O GOSTO (PELO) NACIONAL.....	46
2.1 Moral, historicização e religião nacional.....	46
2.2 Educar o gosto pela pátria .....	54
2.3 Instrução pública: a efetivação de uma atuação .....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	69
REFERÊNCIAS .....	74

## INTRODUÇÃO: NAÇÃO, MODERNIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA OITOCENTISTA

*“Precisamos, precisamos esquecer o Brasil! Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado, ele quer repousar de nossos terríveis carinhos. O Brasil não nos quer! Está farto nós! Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil. Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”*

- Carlos Drummond de Andrade (1934)

Segundo o autor da coletânea *Nenhum Brasil Existe*, João Cezar de Castro Rocha (2003), o sopro que movimentou a organização da obra inseria-se diretamente na profundidade e contraditoriedade do poema *Hino Nacional*, de 1934, escrito por Carlos Drummond de Andrade. Relatando uma mudança substancial que vivenciara a partir de 1930, Drummond dava o grito a respeito de uma ação conjunta de falar sobre o Brasil<sup>1</sup>. Mas, afinal, a imagem oficial que começara a ser fomentada e divulgada a respeito do Brasil de Vargas significava aquilo que o Brasil era, em sua essência? Seria possível acessar a verdadeira imagem de um Brasil e, por consequência, o que conformaria o seu povo, os brasileiros? Ao negar a imagem de um Brasil qualquer, Drummond traçava a imagem do seu Brasil e, por sua vez, aquele Brasil que poderia ser sentido por cada um. No entanto, Rocha aponta para uma inadequação narrativa do poeta: o fato de acreditar que o Brasil seria um signo pleno de sentido e, que, por sua vez, seria apreendido por uma simples operação hermenêutica, não resolveria essa aporia constitutiva. Isso fica mais claro ao notarmos que Andrade, ao questionar a existência do povo brasileiro, provaria que *a essência nacional* não se inscreveu no povo simplesmente por *ser inexistente*. Nessa difícil equação, o povo poderia existir? Ou sequer haveria existido algum dia?

---

<sup>1</sup> A organização da coletânea “*Nenhum Brasil Existe: contradição e diferença na constituição de sentidos sobre a identidade do Brasil*” parte do pressuposto de uma não-unicidade para pensar as narrativas dedicadas a pensar os elementos que constituem, em alguma medida, o ideal de nação. Sobre o título, o autor pontua em entrevista: “trata-se também de um ‘título-alerta’, pois o Brasil não existirá como nação enquanto não criar políticas sérias no plano social, que necessariamente incluam iniciativas de longo prazo na educação” e “tentamos apresentar as inúmeras ‘ideias’ de Brasil propostas ao longo da História. Ora, nenhum país ‘existe’ a não ser no desejo dos que o imaginam e no esforço dos que buscam materializar essa fantasia. Nos conhecidos versos de Fernando Pessoa, ‘o mito é o nada que é tudo’. ‘Nenhum Brasil existe’ é uma coleção dos mitos que criamos sobre o país que nos coube. Sua pergunta, porém, traz à baila um ponto fundamental. Boa parte dos mitos sobre o Brasil foi fundada por estrangeiros”. Disponível Em: <[http://www.topbooks.com.br/links.asp?link=../Links/NE\\_GL\\_220207\\_Em\\_-Defesa\\_De\\_Uma\\_Universidade\\_Sem\\_Muros.htm&tipo=EM](http://www.topbooks.com.br/links.asp?link=../Links/NE_GL_220207_Em_-Defesa_De_Uma_Universidade_Sem_Muros.htm&tipo=EM)>. Último acesso: 22 de setembro de 2015.

Em sua análise, Rocha (2003) afirma que a questão trazida por Drummond naquele período encontrava-se no cerne do problema oitocentista da construção nacional, que, por sua vez, estaria engajado, sobretudo, em uma ‘empresa lúdica’: a crença em uma origem que não poderia ser identificada. Assim, uma vez elencado o evento originário, o olhar histórico organizaria a escrita em torno desse evento, sempre deslocado no tempo, até ser capaz de forjar um testemunho de maneira retrospectiva<sup>2</sup>. O que interessa nesse sentido e o que é evidenciado a partir da frase drummondiana seria que a nação atuaria antes “como um significado vazio ao qual se atribui uma carga semântica segundo as diferentes necessidades geradas pela contingência das circunstâncias históricas” (ROCHA, 2003, p. 20). Dessa maneira, “nem o Brasil nem os brasileiros poderiam existir, a não ser através das imagens que deles construímos” (Ibid., p. 20). Portanto, afirma Rocha (2003), o paradigma de Drummond não deveria ser resolvido, já que isso significaria a busca por uma tautologia nacional<sup>3</sup>, que, por sua vez, não existe.

Na abordagem de Carlos Drummond de Andrade, problematizada e tematizada por Rocha (2003), notamos que o conceito de nação<sup>4</sup>, para o contexto ao qual se relaciona, emerge baseado em uma percepção da história como uma narrativa responsável por organizar os eventos e a compreensão de forma linear, já que, naquele momento, os revolucionários, na busca incessante menos pela a origem nacional, mas pela adesão a essa origem, *forjaram uma narrativa centralizada e totalizada na figura do Estado*. Dessa maneira, a saída seria incontornável: a percepção de nação enquanto evento originário não existiria e, por conseguinte, não existiriam os brasileiros. Essa afirmativa pode ser compreendida à luz do

---

<sup>2</sup> Para explicar como a narrativa se forma de maneira retrospectiva, Rocha (2003) argumenta, a partir de Miguel Tamen, a explicação da afirmação teórica originalmente grega, fundada em um pronunciamento que implicava um ato de revisão. Essa revisão seria sempre realizada por testemunhas profissionais que tinham por função determinar a veracidade da existência de algum evento. Mesmo não sendo testemunhas oculares desse evento, a crença no relato era fundada em sua credibilidade de conferir o status de verdade ao ocorrido. Essa autoridade, por sua vez, era afirmada para garantir e disciplinar os efeitos do discurso na organização da cidade, distinguindo-se entre “reivindicações”- que poderiam ser feitas por qualquer um e “afirmações teóricas”, que deveriam ser feitas pelos funcionários que desempenham a função pública do *theoros*. Assim, o *theoros* relatava um evento testemunhado a um audiência que não estava presente, o que gerava a revisão dos atos de revisão em dois sentidos: afirmação fantasmagórica (o ato de relatar que vem depois de testemunhar o evento) e os fantasmas revistos, que vêm após coisa alguma, já que são simultâneos ao relato do *theoros*. O ouvinte, por não ter memória de ter presenciado o evento, projeta no relato do *theoros* a credibilidade que vem associada ao caráter público da função. Surge, assim, uma memória que não é só social, mas é engendrada, tornando-se um fato por ser aceita como representação fiel de uma realidade prévia. Assim, contar uma história pressupunha o ato anterior de testemunhar o evento. Essa noção desdobra a ideia de *performance* no ato de contar uma história, que pressupunha um ato anterior de testemunhar o evento.

<sup>3</sup> A “tautologia nacional”, definida por Rocha (2003, p. 21), tem a sua origem no escrito de Spitzer, a partir da seguinte noção: “uma obra de arte espanhola é grande porque genuinamente espanhola e genuinamente espanhola quando grande”.

<sup>4</sup> O autor traz o autor Homi Bhabha como referência para problematizar a nação, além da crença de que narrar a nação significa reproduzir discursos que são determinados, em sua maior parte, por exclusões.

que diz Rocha (2003): a escrita da história, ainda que com o papel de organizadora dos eventos, não deve limitar-se à busca de uma identidade nacional, tampouco do povo brasileiro. Antes, a história seria a narrativa capaz de dotar de sentido o todo nacional, atuando, por sua vez, como metanarrativa organizadora de diferentes percepções acerca do tempo. Assim, a busca efetuada pela coletânea baseia-se na busca por uma ficcionalidade – colocando em contato realidades que estão distantes de nós e reconhecendo a impossibilidade de compreendê-las em sua totalidade. A escrita se dá quando não é determinada na busca pela origem, mas é capaz de desvendar horizontes totais que possibilitaram tal escrita. O paradoxo drummondiano, como afirma o autor, no início da coletânea, não deveria ser resolvido e a escrita da coletânea deveria atuar no sentido de evitar a teologia negativa<sup>5</sup> sob a qual repousaria o pensamento social brasileiro.

A evocação do poema de Drummond para a abertura da coletânea organizada por Castro Rocha (2003) nos parece, para a escrita do presente trabalho, primordial, principalmente por dois principais pontos: 1) a evidência de que o conceito de “nação” é utilizado e reivindicado das mais diferentes formas na contemporaneidade; 2) que a história, enquanto disciplina, trata, desde a sua constituição como tal, da forma como conceitos e estruturas narrativas do passado vigoram e tocam a experiência dos homens no tempo.

O fato das duas obras representarem momentos importantes da escrita nacional: a coletânea organizada em 2003 parte da comemoração dos 500 anos da independência nacional, momento de celebração e de publicações que buscavam comemorar o passado.<sup>6</sup> Além disso, marca um campo de estudos que procurou repensar as buscas que, até então, se tinha efetuado: composta por mais de 80 artigos das mais diversas áreas, a coletânea atua como uma espécie de memória<sup>7</sup>, organizada na forma de antologia<sup>8</sup>, uma versão no Brasil da edição estadunidense "*Portuguese Literary and Cultural Studies*", intitulada "*A revisionary of brazilian literature and culture*", de 2001, evidenciando que a busca totalizante por uma identidade nacional se esfacelaria em diversas interpretações, e seria exatamente nesse ponto que residiria a nossa maior riqueza. Já a obra de Drummond evidencia um momento central

---

<sup>5</sup> O autor diferencia dois tipos de teologias negativas: uma de base religiosa e melancólica, que descrevia que o país não foi, o que deixou de ser e o que ainda não é, onde a linguagem humana não seria capaz de explicar a natureza perfeita de Deus. E a teologia negativa, que não realiza a imagem do Brasil, pois, dada a incompletude constitutiva do objeto, no Brasil que nunca foi ou ainda não é, a linguagem teria o papel de recobrir a sua insuficiência com um número sem fim de interpretações. Idem, *Ibidem*.

<sup>6</sup> Aqui, mencionamos a “necessidade imperiosa de lembrar do passado” como marca da contemporaneidade, conforme afirmou Manoel Salgado Guimarães (2007).

<sup>7</sup> O conceito de memória exerce uma função importante nesta dissertação, principalmente por remeter a uma historiografia que procurou problematizar os usos da história em um contexto específico. Aqui, agradecemos as discussões realizadas na disciplina ministrada por Marcelo Abreu em nosso Programa de Pós-Graduação.

<sup>8</sup> Entendemos a antologia como um lugar de memória, conforme afirma Pierre Nora (1984).

de reivindicação da história em um contexto de consolidação do Estado Novo e a sua consequente crise, com características contemporâneas, e o autor, por meio do engajamento com a história nacional, tem o objetivo de assumi-la, estabelecendo, com ela, uma relação aberta.<sup>9</sup> Um projeto que se inseria, em seus aspectos mais gerais, nos “ventos do culto à nacionalidade”, como afirmou Lucia Guimarães (2005).

Para o contexto do século XX, a escrita da história nacional a partir de autores como Capistrano de Abreu e Manoel Bonfim inseria-se em um contexto de efetivação que apresenta diversas concepções de história e do papel do historiador. É o contexto da criação de cursos de graduação destinados a formar professores, que apontariam os caminhos trilhados pelos intelectuais do período. Sobretudo, nota-se, como afirma Gontijo (2003), que a história seria responsável por fornecer um conjunto de tradições a serem partilhadas e, ao mesmo tempo, promover a ruptura com a história colonial, em um cenário caracterizado pela falta de patriotismo e inviabilidade da própria nação.<sup>10</sup>

Convocada a atuar no presente, a nação sempre estará passível de uma abordagem semântica. Dessa maneira, o conceito de nação possui um importante uso que nos toca e afeta. Guerra e Annino (2003), no já consagrado livro “*Inventando la nación*” demonstram que a nação moderna surge como maneira de conceber a coletividade vinculada a uma nova forma de organização social, sustentada em um outro modelo de comunidade política, fruto da “combinação de ideias, valores, imagens e comportamentos” no final do século XVIII. Principalmente para contexto latino americano, os autores ressaltam a Independência ligada a um momento de crise política que afeta a forma com que as sociedades se organizam, cuja tarefa central era a missão de formar estados soberanos. Além disso, a nação soberana pode ser identificada, principalmente, a partir do princípio de identidade que se afirma ou se inibe em relação ao outro. O princípio da diferença, a crise política e a construção da identidade, portanto, seriam os elementos chefes na organização dos princípios de coerência de um povo.

Koselleck (2013) problematiza a mudança de perspectiva que se nota na escrita da história voltada na edificação desse Estado, centrado a partir do amplo conceito de *Geschichte*, a história que se transforma em um conceito reflexivo, “estabelecendo uma ligação do futuro com o passado”, em um processo em que ela, a história, passa a ser vista

---

<sup>9</sup> Cf. LIMA, Luiz Costa. Lira e antilira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.168.

<sup>10</sup> GONTIJO. Rebeca. Manoel Bonfim (1868-1932) e a escrita da história do Brasil. Texto condensado que integra outro artigo de mesma autoria. Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ da Primeira República”, publicado na Revista Brasileira de História, vol. 23, n. 45, 2003, p. 129-154.

como o espaço de experiência e meio de reflexão de práticas, ações sociais e políticas.<sup>11</sup> Assim, “é uma história de uma sociedade civil que se projeta como povo, como nação, em uma junção especial entre a história do Estado e do povo” (KOSELLECK, 2013, p. 187). A sua força é, então, conter em si um conceito genealógico, cujas próprias origens e raízes remontam ao século XIX, sem, contudo, limitar-se a ele.

Para Elias Palti (2006), pensar a nação nas sociedades modernas, principalmente nas situadas na América Latina, significava, essencialmente, problematizar uma entidade autônoma e soberana que se situava em um momento de modificação do governo e o resultado de uma virada dos vocabulários tradicionais. Essa transformação poderia ser visualizada a partir das ideias de soberania e governo. Se, antes, a soberania como autoridade paterna e de ordem natural residia na figura do rei, em meados do século XVIII, sob uma base racional, o conceito de Estado remete a um governo, cuja soberania reside no povo e essa busca se concentraria no próprio conceito de nação<sup>12</sup>. Essa visão combinaria novas características para se pensar a própria ideia de progresso histórico que emerge com uma

---

<sup>11</sup> Koselleck, no conjunto de suas obras, analisa a transformação ocorrida no processo de modernização do conceito de história. Segundo o historiador alemão, a modernidade inaugura não só uma nova forma de o homem lidar com o tempo histórico a partir da sua necessidade antropológica de antecipação do futuro e de redução de sua imprevisibilidade, mas algumas ideias centrais que vigiam no século XVIII, como a moral e a razão também são, por sua vez, historicizadas. Assim, há “o progresso também daquelas coisas imutáveis, como a moral e a razão” (KOSELLECK, 2004, p. 82). A ciência histórica transforma-se em uma disciplina investigativa do passado. Para Koselleck (2004, p. 174), “essa temporalização das perspectivas foi certamente favorecida pelas rápidas transformações da experiência provocadas pela Revolução Francesa. Tais rupturas de continuidade pareciam querer livrar-se de um passado cuja crescente estranheza só poderia ser esclarecida e recuperada pela pesquisa histórica”. Há uma transformação primordial que guia as próprias perspectivas sobre a moral e a razão. Uma vez com o advento das filosofias da história, a história e sua capacidade de repetição em um futuro perde sua legitimidade e torna, assim, cada vez mais forte a ideia de que um evento não mais se repete, e que a história é “única e singular”. O passado passa a ser visto essencialmente como diferente do presente e também do futuro. É nesse sentido que o Estado moderno nasce como a capacidade de dotar os homens da crença de que é preciso tomar as rédeas da história a partir da atuação individual e da consciência de que são os próprios agentes históricos os responsáveis por realizar a história. Como seria, então, a experiência da História para esses letrados incumbidos, há um só tempo, em formar o panteão nacional? De alguma maneira, procuramos dar conta dessas noções.

<sup>12</sup> Em outro livro, publicado 20 anos antes do primeiro, Benedict Anderson afirmava que a nação é uma comunidade política imaginada – imaginada como implicitamente limitada e soberana. Limitada, no sentido de possuir limites físicos e sentimentais, e, soberana, pois se solidifica na forma do Estado soberano, uma vez que o próprio conceito de soberania nasce na época em que Iluminismo e Revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico instituído a partir do princípio Deus. Dessa maneira, o autor afirma que os nacionalismos devem ser compreendidos à luz dos sistemas culturais amplos que os precederam, a partir dos quais e contra os quais garantiram a sua existência. Esses sistemas culturais são comunidades religiosas e reinos dinásticos. A transformação sentida no tempo e marcada pelo tempo do calendário e do relógio, respectivamente, marcariam a simultaneidade desse novo tempo e seriam extravasadas na reprodução de romances e do jornal encarados pelo autor como recursos que representam a espécie das comunidades imaginadas percebidas com a nação. Portanto, opera-se a imagem de um “organismo sociológico” que se move no calendário em um tempo homogêneo e vazio e fortalece a ideia de uma comunidade que se move através da história (ANDERSON, 2008, p. 36). O autor relata, dessa maneira, a importância do capitalismo editorial, bem como das instituições modernas como a Universidade e a Escola. Todas essas esferas conformariam e reforçariam a ideia de um passado acessível pela história, pela pesquisa e pela sociedade.

característica central: a da compreensão das transformações entre mundo colonial e mundo moderno como novas demandas da modernidade. Nesse sentido, Araujo (2008), ao analisar o próprio caminho de institucionalização da história no cenário brasileiro, aponta para a necessidade de que, cada vez mais, seja possível definir uma base sólida para a pesquisa histórica, que esteja pautada, sobretudo, na ruptura da história da historiografia com a genealogia da nação<sup>13</sup>.

Dizer sobre a escrita da história que não deve se pautar na busca de uma genealogia nacional abre todo um campo de perspectivas que nos permite pensar o século XIX e a formação desse conceito não através da reconstituição do conceito de nação, mas, sim, como a história brasileira pode ser pensada a partir de um forte vínculo com o passado português ou um passado colonial, e que caminharia rumo à construção de um Estado e de uma sociedade agora situada em um novo registro temporal e conceitual. Isso significa dizer que, para construção de uma comunidade social e política à altura dos novos desafios, era preciso aprofundar a percepção do passado a partir daquilo que a experiência do presente oferecia, que, no caso de Fernandes Pinheiro, era toda uma compreensão da história baseada na força da religião como horizonte moral formador de “bons” cidadãos, ou seja, sensíveis ao gosto nacional.

Cabe ressaltar que, embora todas essas noções tenham sido pontuadas, ainda é possível notar que, nos discursos atuais, o conceito de nação é evocado, por vezes, recheado de toda retórica que lhe cabe para ser útil ao tempo presente. Atuando no tempo presente ou tentando abarcar toda a historicidade que for possível, é um recurso utilizado para se falar da realidade do "todo" nacional, dos caminhos que a nação tomou ou deveria tomar, utilizado para delimitar os futuros possíveis que podem ser abertos, interditando outras tantas possibilidades. Por isso, consideramos que a historiografia e sua memória são constantemente evocadas para a formação de passados práticos<sup>14</sup>, cujos limites insistem em se fazer "presente". Diversos livros publicados, como a coletânea organizada pela Fundação Mapfre e o Grupo Sintiliana, intitulado: *História do Brasil-Nação:1808-2010*, para citar dois, procuram sintetizar mais de 200 anos de história através do conceito de nação – apostando na importante carga semântica, nas experiências e expectativas contidas nesse conceito.

---

<sup>13</sup> Destaca-se, aqui, o trabalho de Valdeci Lopes de Araujo (2008), com o livro “*A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*”, e a abertura de uma nova agenda de investigação destinada a problematizar a formação nacional brasileira a partir da (im)possibilidade de se aprender com o passado. As várias monografias e teses defendidas analisadas pelo autor colaboram para problematização cada vez mais profunda de fenômenos que tragam novas abordagens à respeito da possibilidade de se falar acerca de uma nação, de se construir uma retórica que, por sua vez, seja nacional.

<sup>14</sup> Cf. WHITE, Hayden; DIMENBERG, Ed. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014. Project MUSE. Web. 13 Oct. 2015

Retornando ao século XIX, discutimos a respeito de um cenário de disputa acerca do presente que afirmava os caminhos que a busca pelo passado iria tomar. Assim, em um sentido de disciplinarização da história, problematiza-se como o passado tornou-se, antes de tudo, uma disputa. A disputa pelo domínio do passado, como evidenciado no esforço de João Cezar de C. Rocha, marca, em maior ou menor grau, uma continuidade que perpassa esses séculos, permanecendo ainda no início do século XXI.

Dois trabalhos, dentre outros, merecem uma atenção especial no que diz respeito a pensar a própria epistemologia do conhecimento da história e que encaminham para os esforços mais amplos de diferenciação entre o passado prático e o passado histórico. São eles, respectivamente, os trabalhos de Inés Mudrovic e de Berber Bevernage, que nos possibilitam pensar como proceder quando o passado e o presente se encontram. María Ines Mudrovic (2013), no texto intitulado “*Cuando la historia se encuentra con el presente lo que resta del pasado ‘histórico’*”, se interroga pela temporalidade subjacente às historiografias que refletem sobre o regime de historicidade moderno. Segundo a autora, deveríamos poder relacionar um regime historiográfico com o modo em que a historicidade se organiza no tempo. Desde sua consolidação no século XIX até os anos oitenta, a história se define como aquela disciplina que se ocupa do passado humano. Porém, qual a consistência desse passado? Quais são as características de um passado próprio da disciplina histórica que se exhibe durante o regime de historicidade moderno? O passado histórico é, assim, “o resultado do conhecido através da apropriação que do passado faz a disciplina histórica”<sup>15</sup> (MUDROVIC, 2013, p. 39).

O passado histórico, ou o passado da disciplina histórica, é um passado que se define por sua diferença com o presente e que surge em uma tentativa de diferenciar-se dele. O passado, nessa tradição historiográfica, é o outro, “ainda que possa ser múltiplo ou ter diferentes planos ou escalas temporais”<sup>16</sup> (Ibid., p. 39). A grande argumentação da autora reside em afirmar que o regime da historiografia moderna sofreu grandes transformações ao pressupor um passado histórico como seu objeto, e os estudos foram divididos em, de um lado, relacionar história e memórias e, do outro, a descontinuidade entre passado recordado e passado histórico, tentando produzir uma história do tempo presente e tornar o presente em passado histórico. Ela ainda afirma que há uma forte tendência de que “a história mestra da vida, desterrada do regime de historicidade moderna, volte a ter como base a memória

---

<sup>15</sup> Tradução nossa.

<sup>16</sup> Tradução nossa.



exemplar”<sup>17</sup> (Ibid., p. 45). Talvez, a grande tarefa resida na tentativa de não escrever uma história que instrumentalize o passado, para dizer o que o passado deve ser ou não, mas em ser sempre consciente de que a historiografia deve atuar como reguladora da distância temporal, percebendo que o passado vigora no tempo e influi de maneira decisiva no presente.<sup>18</sup> Assim, a questão é considerar e problematizar, antes da pergunta sobre qual a consistência da nação que se formou, de que maneira e através de quais mecanismos podemos perceber o modo pela qual os homens da época estavam sujeitos a essa transformação na experiência (Cf. ARAÚJO, 2015). É o que procura demonstrar o trabalho de Bevernage (2008), chamando nossa atenção ao fato de esse passado residir no tempo, sendo reivindicado pelas vítimas que se recusam a deixá-lo passar.

Pautados na tentativa de compreensão da forma como a experiência da história toca os homens da época, chegamos à figura de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e sua atuação em diferentes frentes de discussão e escrita da história. Nascido em 1825 e formado no seio de uma forte tradição católica, o Cônego atuou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Colégio Pedro II e em outros locais destinados ao ensino da infância e da juventude no Brasil. Além desses espaços institucionais de escrita da história, Fernandes Pinheiro escreveu regularmente para a imprensa periódica.

Este trabalho insere-se na tentativa de compreender a escrita da história desenvolvida a partir de 1850 no contexto brasileiro e quais as implicações dessa escrita para o horizonte de expectativa dos homens daquela época. Cabe ressaltar o reconhecimento de que o contexto histórico no qual Fernandes Pinheiro se inseria oferece parte importante da compreensão do seu pensamento. Assim, como hipótese, sustentamos que esses homens estariam comprometidos a escrever uma narrativa nacional de maneira orgânica e que apresentasse um eixo, ou, como afirmava Fernandes Pinheiro, “*o fio de Ariadne*” para compreensão dos fatos e feitos que conformariam a escrita nacional. Era necessário, portanto, efetivar a adesão e reconhecimento do nacional a partir de estratégias discursivas destinadas a complexificar a experiência de pertencer a uma nação em particular, seja através de mecanismos que ativassem o *sentido* para esse pertencimento ao todo nacional, seja por meio de uma formação do *gosto* por tudo o que ampliasse e instituísse o nacional. Assim, comprometidos com uma pedagogia que encomendava a adesão à nação, os escritos de Fernandes Pinheiro estavam

---

<sup>17</sup> Tradução nossa.

<sup>18</sup> “For what seems apparent in former Yugoslavia, in Wanda and in South Africa is that the past continues to torment because it is not past. These places are not living in a serial order of time, but in a simultaneous one, in which the past and present are a continuous, agglutinated mass of fantasies, distortions, myths and lies... Crimes can never be safely fixed in the historical past; they remain locked in the eternal present, crying out for vengeance” (BEVERNAGE, 2008, p. 149-167).

empenhados com a escrita da história como forma de intervenção no seu tempo, atuando em uma esfera ampla, em um discurso da história que encontrava o seu eixo central na ideia de tornar o passado socialmente disponível e consensual. No caso de Fernandes Pinheiro, recorria-se a ferramentas mais específicas que possibilitariam produzir e estabilizar a realidade (expectativa e experiência) do nacional: a adesão a um discurso religioso que se abre à modernidade e à utilização da história e o seu conceito moderno como estratégia de mobilização do passado. A religião funcionaria, assim, como uma pedagogia necessária à produção discursiva capaz de tornar real um ente que parecia ausente, incompleto, impossível e disputado.

A tarefa de escrever uma história nacional estaria pautada, sobretudo, na necessidade de consolidação de um espaço e de uma estrutura para o ser nacional como fonte e objeto da experiência. Fernandes Pinheiro insere-se em um quadro notório de estabilização dos caminhos e rumos que a nação brasileira tomou. Isso significa dizer que, como conceito organizador de uma experiência, a nação, a partir de um determinado período, instaura-se como uma realidade existente, capaz de dotar de sentido e configurar os limites da experiência daqueles homens. Assim, procuraremos mapear as obras de Fernandes Pinheiro a fim de responder a seguinte questão: qual a sociedade nacional projetada em seus textos? Nota-se que, no argumento de Fernandes Pinheiro, a sociedade que queria progredir precisaria *acreditar* em suas instituições. Assim, reconhecemos que a necessidade de afirmação do presente, a partir de uma leitura específica do passado, encontra o seu lugar no desafio de sustentação do Estado Imperial que precisa se edificar moralmente perante seus pares e se justificar incessantemente junto à sociedade que o abriga, ao passo que encontra-se em um momento de transformação vital, em que a própria história precisa abarcar realidades mais amplas e, por sua vez, distintas daquela que, uma vez, a orientava. A atuação de Fernandes Pinheiro aponta para o rompimento, ainda que tímido, com a visão institucionalizada da religião a partir do repertório possibilitado pela própria religião. Por outro lado, a tensão presente na diferenciação entre a *história mestra da vida* e o conceito moderno oferecem elementos para esse uso consciente da religião, no sentido de construir aquilo que chamaremos aqui de *religião nacional, base para crença capaz de tornar objetos ausentes em realidades sensíveis aptas a fomentarem o repertório para a formação de um gosto nacional. O imaginário nacional precisava estar amparado na crença em sua existência sensível.*

No primeiro capítulo do presente trabalho, procuramos, a partir do mapeamento das obras de Joaquim Fernandes Pinheiro, evidenciar a sua trajetória política, sua atuação e os

projetos por ele assumidos no decorrer de sua vida, principalmente na diferenciação a partir do questionamento acerca do que consideraremos, aqui, como tradição.

No segundo capítulo, aprofundamos a compreensão do projeto de fomentar o gosto pela nação, procurando problematizar a questão de como formar uma realidade nacional moderna e histórica a partir da dinâmica entre uma história mestra da vida e o conceito moderno de história. Em que medida Fernandes Pinheiro sustenta e questiona a base romântica de sua geração? Analisamos, em um primeiro momento, o “gosto” pela nação e como a agenda romântica foi responsável por fomentar uma base de adesão à religião nacional. Argumentaremos que, através do conceito de gosto, foi possível transitar entre o conceito antigo e moderno de história e, sob este conceito, estaria a tentativa de provocar uma adesão à nação.

A título de conclusão, analisaremos os aspectos mais centrais da consolidação de uma religião nacional e o espaço autoral a partir da atuação de Fernandes Pinheiro e outros autores, questionando a saída escolhida pela historiografia ao consolidar a base *nacional*. O que pode significar o fato de ele ter sido “esquecido” pela geração posterior? Sob esses e outros aspectos, acreditamos que a escrita historiográfica de Cônego Fernandes Pinheiro revela seu sentido a partir da necessidade de intervenção efetiva em seu tempo, produzindo: 1) narrativas atualizadas e articuladas à memória disciplinar; 2) materiais didáticos produzidos para atuar no universo escolar, ainda em formação e de maneira mais pragmática; e 3) instruir a sociedade através do gosto, convocando-a moralmente em sua existência<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> “Qual o lugar dos *antigos* quando se trata de escrever a história da nação? Que espaço lhes atribuir quando a tarefa do historiador deve se concentrar em estabelecer os documentos da nacionalidade, determinar sua cronologia, os elementos de sua formação, o sentido de sua história? O que eles podem oferecer a um programa tão fortemente delineado, cuja esmagadora hegemonia não deixa espaço a outros objetos (e objetivos) historiográficos senão aqueles que podem incluir-se sob a rubrica *nação*” (TURIN, 2011).

## 1 TRADIÇÃO, MODERNIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA

*“Nascemos esboço, devemos morrer estátua”<sup>20</sup>.*

- Lamartine, A. (1880).

*“Por muito tempo hesitei em escrever alguma coisa acerca do meu prezado tio, receando fosse censurado de pouco modesto o que a tal respeito dissesse: animou-me, porém, o exemplo de muitas pessoas notáveis, que tem feito biografias dos seus mais próximos consanguíneos, fortaleceu-me ainda o desejo de comunicar ao público as impressões, que deixou ele gravadas com caracteres indeléveis em meu espírito juvenil. Não sou eu, mas sim o Brasil inteiro pelo órgão dos seus mais legítimos representantes, pela voz do jornalismo, pela tribuna, pela das academias, que o proclamaram um varão benemérito, um ilustre servidor do Estado, um distinto literato: pois cumpre que lhe ergamos uma estátua, que seu busto seja colocado no Panteão Literário, ao lado do cônego Januário e do Marechal Cunha Mattos, seus irmãos d’armas. [...] O Visconde de São Leopoldo foi ao mesmo tempo um estadista sem mácula, um exímio literato, um excelente pai de família, e um préstimo parente”*

- Fernandes Pinheiro (1856a)

### 1.1 Horizontes de formação: Romantismo, Iluminismo, Ecletismo

No ano de 1856, compondo uma série de escritos para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro escreveu um parecer sobre a vida e obra de seu tio, Visconde de São Leopoldo. José Feliciano Fernandes Pinheiro, que recebeu o título de Visconde em 1825, quando foi nomeado Ministro do Estado, incorporou, conforme pontua Rodrigo Turin (apud VARELA; GONTIJO; OLIVEIRA, 2015, p. 180), um *ethos* próprio aos homens ilustrados do Império que se ampara, principalmente, na ideia de que o “enobrecimento, mais do que herança constituída, deve resultar de uma carreira de serviços ao Estado, na qual conhecimento e utilidade estão necessariamente conjugados”.

---

<sup>20</sup> “Nous naissons ébauche, nous devons mourir statue”.

O ambiente político no qual se inseria o Visconde marcou uma série de transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, principalmente a partir do clima gerado em torno da Independência, em 1822. Nesse importante momento histórico, é possível afirmar que estavam em disputa diversos projetos para o estabelecimento do que seria a nação brasileira. Nesse momento, a escrita da história estaria pautada, principalmente, na necessidade de problematizar o novo contexto, dando sentido àquela realidade em formação.

Em verdade, a chegada da família no Brasil, em 1808, abriria uma nova forma de experimentação do tempo. A sensação de aceleração dos eventos e o desafio de conhecer e escrever a história desse “novo” território teria diversos desdobramentos no longo século XIX (Cf. FERNANDES PINHEIRO, 1865, p. 191). Com a existência de projetos distintos e, por sua vez, em disputa, seria uma tarefa central estabelecer, no Brasil, uma nação. Essa disputa, conforme discutido na introdução deste trabalho, não seria algo simples e mobilizaria diversos conceitos, categorias e problemas. No entanto, em meio a esse conturbado cenário, era preciso mobilizar a construção de uma nação empenhada em assegurar o papel do Estado, nesse sentido, era necessário formar a *nação brasileira* a partir da importante atuação do Estado, reforçando as instituições responsáveis por legitimar o papel desse ator privilegiado. Antes, era necessário habitar o tempo presente em sua potencialidade e, a partir dele, *projetar determinado futuro*. Esse papel seria cumprido por um corpo de letrados que atuavam na vida pública do Império emergente.

Um dos elementos centrais para problematizar os distintos projetos envolvidos na formação da nação brasileira seria a forma como esses homens concebiam o tempo e a si mesmos no percurso da história, já que, como afirmou Fernandes Pinheiro, em 1854, nas páginas da importante *Revista Guanabara*, “para nós tudo está materializado; nossa vida é para o dia de hoje, porque a vida dos sentidos é o presente, o futuro pertence à inteligência” (FERNANDES PINHEIRO, 1854, p. 37). Pertencer ao tempo em que se vive significaria, antes de tudo, *habitar o presente* e fazer-se na contingência e preconceitos do tempo em que vivem, já que “a ninguém é dado ir adiante do seu século [...] todos, mais ou menos, pagam contingente aos princípios e até aos preconceitos do tempo em que vivem” (Id., 1865, p. 191). Fernandes Pinheiro (1865) afirma, bebendo da fonte de Victor Cousin e o seu Ecletismo, que a experiência de viver em um determinado momento significaria, em última instância, a experiência de viver *nesse tempo*. Assim, a medida propícia ao tempo seria a medida justa, uma forma de contemporizar, no presente, os desejos e juízos de outra época.

A filosofia Cousiniana foi amplamente discutida e debatida na França pós-revolucionária. O seu início está intimamente relacionado à subida ao poder dos *ultras*, uma

facção que desejava instaurar o quadro anterior à Revolução Francesa. Estes se opunham aos liberais doutrinários, que conseguiram, a partir do movimento Revolucionário de 1831 e sob a liderança de François Guizot, retomar o poder. A maior parte dos trabalhos de Cousin estão reunidos em “*Introduction à l’Histoire de La Philosophie*”, de 1841, época em que o filósofo assumiu o cargo de Ministro da Instrução Pública. Segundo a tese de Paim (1999), a filosofia eclética foi utilizada pelos intelectuais brasileiros de forma apropriada e, aqui, podemos mencionar ao menos dois sentidos dessa apropriação. O primeiro deles diz respeito à própria força com a qual o ecletismo surge como uma filosofia ligada à ideia de utilidade e justiça e a crença na moralidade última do Estado e, a partir disso, os princípios do que denominou “Estado Liberal de Direito” (COUSIN, 1853 *apud* PAIM, 1999). Segundo essa proposta, “a justiça não é mais que isto; a justiça é a manutenção da recíproca liberdade. Portanto, o Estado não limita a liberdade, segundo se diz; a desenvolve e a assegura” (PAIM, 1999, p. 22). Além disso, Paim (1999) destaca que a filosofia cousianiana estaria pautada sob os princípios da inteligência e liberdade, a ação do homem sobre a natureza e o empenho do primeiro nesta transformação, além dos princípios da economia política.

O livro publicado em 1853 sintetizava, assim, o pensamento eclético:

Esta filosofia (o espiritualismo) é aliada natural de todas as boas causas. Acalenta o espírito religioso; estimula a arte verdadeira, a poesia digna deste nome, a grande literatura; é o apoio do direito; recusa tanto a demagogia como a tirania; ensina a todos os homens a respeitar-se e amar-se, e conduz pouco a pouco as sociedades humanas à verdadeira república, este sonho de todas as almas generosas que, em nossos dias, na Europa, somente a monarquia constitucional pode realizar (COUSIN, 1853 *apud* PAIM, 1999, p. 22).

Para o filósofo, a tradição eclética chegou a se tornar “uma espécie de filosofia oficial entre as décadas de quarenta e oitenta do século XIX” (PAIM, 1999, p. 31). Paim resgata a importância do Ecletismo, principalmente a partir da figura de Silvestre Pinheiro. Tendo como nomes centrais Cousin e Maine de Biran, pauta-se, sobretudo, a partir de como a análise da consciência permitiria entender o mundo, a natureza e a história em seu caráter finalista ou providencial, pois, “além dos limites deste mundo há um Deus”, que cria a humanidade e lhe dá um fim nobre e “não a abandonará no desenrolar misterioso de seu destino” (COUSIN, 1853 *apud* ABBAGNADO, 2000, p. 356). A história se revelaria partir do empirismo e sentimentalismo, como movimentos pertencentes à consciência humana, a partir de sua natureza manifesta através dos eventos, da cultura e de todas as obras de Deus.

Esse contexto de revisão crítica da Revolução Francesa já era um tipo de repertório utilizado e presente no imaginário político da época. A partir de uma leitura a respeito dos

acontecimentos que marcaram esta Revolução e a situação política Brasileira, Luisa Rauter Pereira (2013) argumenta que a ideia de projeção da ação política pode ser problematizada a partir de um discurso conservador que valoriza os fatos, experiências e circunstâncias como modo de agir no mundo. Essa visão afetou sobremaneira o contexto político até, pelo menos, a década de 1860 no Brasil, pautada, sobretudo, na necessidade de realização de mudanças de forma cautelosa que garantissem, em suas pretensões, a preservação e respeito às instituições monárquicas, à ordem e unidade do Império, com alguns elementos de liberdade de maneira gradual.

Os conceitos analisados por Rauter (2013) problematizavam aspectos centrais de nosso contexto: a construção da política enquanto lugar moral. Moral porque diz respeito à ação dos homens no mundo. Dessa maneira, é possível vislumbrar a construção do Estado e do espaço político como campos morais neutros, capazes de agir em uma sociedade considerada incapaz de se autogovernar.

A imagem de uma sociedade que, em si, é incapaz de governar era um argumento utilizado e veiculado pelos homens de Estado. Visconde de São Leopoldo, tio de Pinheiro, escreveu, em 1839, em um relatório sobre o curso de estudos no colégio Pedro II, como Turin, sobre “a necessidade e o papel das Instituições no papel de assegurar os critérios de difusão das luzes, e as demandas de um Estado que, em contrapartida, deveria incorporá-lo em suas instituições” (VARELLA; GONTIJO; OLIVEIRA, 2015, p. 183). Defensor claro de um projeto monárquico para o Brasil, Fernandes Pinheiro fazia parte de uma elite letrada que, como classe, servia ao Estado. Escritor de biografias sobre os “varões ilustres” que viriam a conformar o Império Brasileiro, o que estava em jogo era a herança de uma tradição que, por sua vez, teria como marca central as virtudes e os serviços prestados ao Estado, em uma clara argumentação de uma representação do corpo de letrados e o caráter iluminista de sua teorização. Um ponto importante para discussão é a vinculação desse discurso com a semântica iluminista e, por sua vez, o conceito antigo e moderno de História.

Com essa análise, reforçamos o argumento de que, assim como analisado por Rauter (2013), através do conceito político de povo, é possível problematizar o alcance desse Estado que tinha como objetivo central se fortalecer e que, enquanto soberano, precisaria criar e garantir os mecanismos necessários de sua perpetuação. Segundo Lynch (2010), a ideologia saquarema e sua proposta de um “conservadorismo liberal” estaria pautada na “organização do Estado Tutelar aonde a sociedade, incumbida de fundar a ordem nacional de cima para baixo e a partir dela, promover reformas efetivas, mas seguras, no sentido de veicular o progresso nacional” (LYNCH, 2010, p. 27). Ou seja, uma tarefa central de assegurar, por

meio do controle do Estado, os caminhos que seriam percorridos pelo povo rumo à sua construção enquanto nação. O mecanismo de atuação desse Estado estaria, sobremaneira, vinculado à forte importância que a Igreja Católica exerceu na sociedade Imperial e a uma visão importante da religião no que diz respeito à conformação de uma sociedade coesa.

Dessa maneira, fortalece-se, no Brasil, no início da década de 30, a partir do primeiros românticos, a possibilidade de pensar a partir de uma combinação entre moralidade e religião, baseada na importante expressão eclética, como forma de constituir uma nova ordem moral para o Império como nação. Segundo Danilo Ferretti (2011), que, em seu trabalho, analisa a obra de Magalhães, esse papel central estaria pautado no sentido de conformar a realidade Brasileira à experiência religiosa, concretização da moralidade, o que resultaria em um projeto político estruturado para a projeção do Estado Nacional.

A passagem de Lamartine nos ajuda a problematizar outra temática importante ao trabalho de Fernandes Pinheiro: o Romantismo, compreendido enquanto uma forma de experimentação do tempo e uma maneira de retomar, a partir dos seu princípios centrais, a singularidade do presente e as possibilidades de experimentação desse tempo. Esses homens viam a si mesmos como pedagogos da nação.<sup>21</sup>

Nesse sentido, cabe considerar que, a partir do sistema eclético de Cousin e da proposta do Romantismo, torna-se mais clara a compreensão das obras de Fernandes Pinheiro. Uma nova forma de difusão da cultura clássica na segunda metade do século XIX vincula-se, sobremaneira, à modernização do conceito de história. Isso significa dizer que, embora sem se limitar aos ensinamentos da história, alguns elementos dessa cultura se harmonizam na construção do Estado Nacional, que deseja, acima de tudo, a segurança de perpetuação de seu corpo de representantes.<sup>22</sup>

Segundo Marcelo de Mello Rangel (2011), ao analisar a primeira geração do Romantismo e, mais especificamente, a obra de Magalhães, havia uma tensão significativa que fundava o projeto civilizador dos Românticos: por um lado, a crítica e a esperança dedicadas à civilização do Império do Brasil, por outro, o pessimismo e a desconfiança na possibilidade de ultrapassar o modo de ser egoísta que orientava os homens da boa sociedade. Segundo Rangel (2011, p. 26), “seu discurso se transforma numa espécie de ladainha que resguardava a esperança na concretização de um futuro determinado pelo progresso material,

---

<sup>21</sup> Cf. LORENZ, C.; BERGER, S. & MELMAN Melman, B. (eds.). **Popularizing national pasts: 1800 to the present**. New York: Routledge, 2012.

<sup>22</sup> Alguns trabalhos que problematizam a construção do Estado Nacional e o fortalecimento do corpo de representantes. Cf. TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013; MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.



no entanto, de forma desconfiada em relação à força conquistada pelo passado colonial”. Nesse sentido, para a geração de Gonçalves de Magalhães, residia uma desconfiança quanto aos rumos que a nação brasileira poderia tomar, que advinha de certa desconfiança em relação ao passado. Ainda segundo Rangel, uma das características da atuação de Magalhães seria o seu pessimismo e a sensação de insignificância frente à possibilidade de *civilizar* o Império Brasileiro.

O que separaria a atuação de Fernandes Pinheiro em relação a outros nomes do Romantismo, como Gonçalves de Magalhães? Fernandes Pinheiro parece situar-se numa tentativa distinta, principalmente por sua atuação estar ligada a um período de maior estabilidade política, afirmando o presente Imperial a partir da crença na possibilidade de instauração de uma nação de forma efetiva, sendo possível transitar entre os tempos, efetuando uma espécie de distensão, resgatando a experiência da religião como forma de orientação. O passado, dessa maneira, seria considerado o local de bons exemplos e, portanto, carregaria em si a autoridade de ter sido exemplo. Esses traços centrais se tornarão mais evidentes no decorrer do trabalho, mas cabe ressaltar que, possuindo uma formação privilegiada no Império, a biografia de Fernandes Pinheiro nos ajuda a problematizar os aspectos mais centrais do projeto ao qual estava vinculado. Para isso, continuaremos a traçar alguns quadros a partir de sua trajetória biográfica, preocupando-nos em ressaltar os diferentes âmbitos de sua atuação letrada.

## **1.2 As diversas trincheiras da educação nacional**

Nascido em 1825, na cidade do Rio de Janeiro, filho do Major Caetano Fernandes Pinheiro e Maria Filadélfia de Bustamante Fernandes Pinheiro, nosso personagem teve uma importante carreira eclesiástica, atuando em institutos dedicados a esse ofício durante vários anos de sua vida. Tornou-se presbítero em 1848, aos 23 anos de idade, no Seminário Episcopal de São José, na cidade de Rio de Janeiro. Nesse período, trabalhou como secretário particular do Bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, sobre o qual proferiu as seguintes palavras:

Por quatro anos (1849-1852) exercemos as funções de secretário particular do último senhor bispo do Rio de Janeiro, residindo em seu palácio, acompanhando-o por quase toda a parte, e sendo por isso testemunha de edificantes quadros que com o manto da humildade escondia ele aos olhos da publicidade (FERNANDES PINHEIRO, 1863, p. 02).

Em 1852, atuava como Cônego da Capela Imperial, quando partiu para doutorar-se em Teologia na Universidade de Roma, retornando ao Brasil em 1854. Nesse período em que esteve na Europa, cônego Fernandes Pinheiro filiou-se ao Instituto Histórico de Paris e à Academia de Ciências de Lisboa. Segundo seu tio, Mário Portugal Fernandes Pinheiro, o cônego foi membro de muitas outras agremiações: IHGB, Conservatório Dramático, Sociedade, Auxiliadora da Indústria Nacional, Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro, Sociedades Geográficas de Paris e Nova York, Academia de Ciências de Lisboa e de Madri, da Societá Scientifica Litteraria-Artistica Ed Umanitaria El Chak, de Constantinopla, dentre outras (FERNANDES PINHEIRO, 1958).

Após retornar ao Brasil, Fernandes Pinheiro foi vice-diretor, capelão e professor no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, de 1854 a 1858, quando renunciou de seu trabalho e assumiu novas funções. A sua carreira na área escolar lhe rendeu bons frutos, como já mencionado, lecionando, ainda, *“História Sagrada e Catecismo”* no Colégio Inglês de Botafogo. Em 1857, o Cônego concorreu à cátedra de *Retórica e Poética* do Imperial Colégio Pedro II, onde atuou durante um importante período de sua vida, ministrando disciplinas e escrevendo compêndios que foram utilizados no Pedro II durante vários anos. A essa altura, vários eram os títulos destinados à educação que circulavam no Império, dentre eles, *“Apontamentos Religiosos”* (1854), *“Catecismo da doutrina Cristã”* (1855) e *“Episódios da história pátria”* (1859).

Em 1854, apresentou o *“Ensaio sobre os Jesuítas”*, sendo admitido como sócio do IHGB, onde também foi primeiro-secretário entre 1859 e 1876, ano em que faleceu. Sua intensa atividade no IHGB rendeu-lhe uma bibliografia vastíssima. Apresentou trabalhos que versavam dos mais variados temas e contribuições para os debates nos quais esteve envolvido, dentre eles, citamos: *“Ensaio sobre os jesuítas”*, *“França Antártica”*, *“Brasil Holandês”*, *“A batalha dos Guararapes”*, além da escrita de biografias, estudos avulsos e ensaios reunidos no livro *“Estudos Históricos”*, publicado após sua morte por B.L Garnier, em 1876, em Paris, com segunda edição datada em 1980.

Essas frentes de atuação e interesse foram complementadas por uma intensa atividade jornalística, tendo sido o cônego fundador do periódico católico *“A Religião”* e redator da *“Tribuna Católica”*, além de articulista de duas importantes revistas de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, *“A Guanabara”* (1849-1854) e a *“Revista Popular”* (1859-1862), em um importante momento em que a Igreja Católica procurava reorientar a sua atuação no Brasil.

A afirmação de Lamartine na epígrafe deste capítulo, “nascemos esboço, devemos morrer estátua”, coloca em jogo uma importante questão para a escrita da história empenhada por Fernandes Pinheiro, a saber: do valor dos grandes homens na história, formando uma espécie de Panteão Nacional.<sup>23</sup> Nesse sentido, a figura do herói romântico e a ideia do romance de formação nos apontam para outro argumento que, aqui, procuramos estabelecer na compreensão dos sentidos em jogo na construção desse grande templo destinado a reunir os heróis da nação. Este templo de uma espécie de religião cívica deveria ser entendido como o local de abrigo de uma série de exemplos, memórias e símbolos que possibilitariam fortalecer a adesão simbólica à nação. Como afirma Badaulairé, era uma maneira de lidar com a transitoriedade e, ao mesmo tempo, com o eterno na modernidade.<sup>24</sup>

Um dos pontos centrais argumentados por Araujo ao problematizar a transição entre uma geração de estadistas que compunham o corpo de letrados formados no reformismo lusitano e a geração romântica que procurou estabelecer as origens da nação brasileira estaria na constatação romântica de que a nação se reveste de uma espessura histórico-cultural, visão distinta daquela que guiou os homens da geração da Independência. Nesse sentido, em um primeiro momento, escrever a biografia do seu tio e sobre a sua figura, sendo capaz de emitir um juízo, dizia muito à respeito da postura de Fernandes Pinheiro como homem de seu tempo. Não considerava estar vinculado àquela tradição, no sentido de possuir o mesmo projeto ao qual se dedicava o tio, mas, ao mesmo tempo, seria capaz de, a partir dela, atuar em seu tempo nas questões que deveria enfrentar.

Nesse sentido, estabelecer a nação enquanto uma sociedade seria, assim, uma missão comum a esses homens. Segundo Temístocles Cezar (2011, p. 100): “começar por um princípio; encontrar traços da origem nacional; discernir os autores. [...] Instituir uma periodização e um encadeamento dos acontecimentos à brasileira, significa [...] narrar ou explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista do nacional”.

Alguns indícios sobre o modo de organização dos episódios do passado ganham forma na escrita da nação, como, por exemplo, a partir de alguns pontos centrais dos episódios da história. A visão de como a independência Brasileira foi concebida enquanto experiência histórica. Nesse sentido, para Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, a Independência

---

<sup>23</sup> Sobre o conceito de “Panteão Nacional” - Cf. CEZAR, Temístocles. **Anciens, modernes, sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle**. Le cas de l'origine des Tupis. *Anabases*, 8, 2008.

<sup>24</sup> Para problematizar a construção da memória disciplina, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p. 9-24, 2003. Sobre modernidade, ver: BAUDELAIRE, Charles. *As Multidões*. In: **O Spleen de Paris**: pequenos poemas em prosa. Trad. Leda Tenório da Mata. Rio de Janeiro: Imago, 1995b. p. 41.

Brasileira, apesar de inaugurar uma experiência de tempo em que o Brasil passa a ser concebido e pensado como uma nação moderna, se visto isoladamente, não garantiria os elementos necessários para se efetivar a *verdadeira autonomia* da nação brasileira. Apesar de a Independência ter constituído uma nação livre e soberana, não havia, ainda, iniciado a sua independência literária. Como afirmava no seu *Curso Elementar de Literatura Nacional*, escrito no ano de 1858 e publicado no ano de 1862 para compor a bibliografia do Colégio Pedro II e, sobretudo, para iniciar aos jovens sobre a nação:

Dissemos independência literária e não política, porque esta precedeu àquela: formamos primeiro uma nação livre e soberana antes que nos emancipássemos do jugo intelectual; hasteamos o pendão auriverde, batizado pela vitória nos campos de *Pirajá*, muito tempo antes que deixassem de ser as nossas letras pupilas das ninfas do Tejo e Mondego (FERNANDES PINHEIRO, 1862, p. 12).

A discussão acerca da independência literária brasileira e a possibilidade de ainda existir certa dependência perante Portugal foi um importante ponto do argumento de Fernandes Pinheiro e, por assim dizer, dos autores formados e formadores do Romantismo. Importava, antes, a emancipação literária para se efetivar de maneira satisfatória uma *nação autônoma*. Essa argumentação perpassa o conjunto de obras a que Fernandes Pinheiro se dedicou nos diferentes espaços de escrita e discussão histórica, marcadamente entre os anos de 1849 e 1876. Não podemos nos esquecer de que o autor, formado e formador da tradição literária de seu tempo, escreveu diversos textos que compunham a base da literatura imperial. Cabe ressaltar, segundo Souza (1999), que a obra de Fernandes Pinheiro está centrada no fortalecimento da arte do bem dizer e em um uso consciente da tradição clássica, cujos desdobramentos serão melhor analisados no segundo capítulo da dissertação.

Visconde de São Leopoldo, como pontuado por Fernandes Pinheiro (1868), cumpriu o legítimo papel de Ilustre servidor do Estado: aprendeu francês, latim e grego como primeiras instruções, formou-se em Coimbra e inseriu-se no ambiente letrado português, fez parte da Academia de Ciências de Lisboa e foi deputado eleito em Assembleia Constituinte de 1823. Nesse período, criou a proposta de uma Universidade para o Brasil. Em 1827, fez parte do Conselho de Estado e foi defensor de Dom Pedro I em ocasião de ataques liberais. Durante o período das regências, afastou-se do ambiente público até 1837. Segundo a tese de Ana Silva, “privilegiar pensamento e atuação de uma elite de Estado não significa assumir uma suposta autonomia do político, mas antes redimensiona-la em função da própria dinâmica da sociedade, orientadora das atitudes e projetos políticos diversos emanados do poder central, bem como dos limites à sua efetivação” (SILVA, 2000, p. 138). Assim, significa, antes,

problematizar pensamento e prática de homens que, na “construção de um corpo de uma identidade política nova”, eram “herdeiros” de uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrado português que definiam “os próprios marcos de construção” (Ibid., p. 138).

Segundo Araujo (2014), é preciso, no entanto, problematizar essa tradição. Ou seja, é preciso reconhecer que entre a geração responsável pela Independência e a geração seguinte, o que está em jogo são formas distintas de problematização do tempo histórico e, por conseguinte, do projeto político para o Brasil. De acordo com o autor, haveria entre os homens da geração de Visconde de São Leopoldo, José Bonifácio e Visconde de Cairu a emergência, na cena pública nos anos de 1830, de uma diferença determinante quanto à própria concepção dos conceitos históricos: a nação como um conjunto de cidadãos organizados em um sistema político e a nação enquanto uma espessura histórico cultural.

Visconde de São Leopoldo via a si mesmo como nobre, como o herdeiro de uma tradição. Em suas palavras: “Não se diga mais: sou nobre, porque um de meus avôs o foi. Mas possa-se ao menos dizer: meu nome é honroso, porque o Estado sempre recebeu serviço daqueles que me antecederam: e cesse de o ser desde o momento em que aqueles a quem transmitir, se tornarem inúteis à Pátria” (FERNANDES PINHEIRO, 1874, p. 11). O Visconde exaltava a importância de uma escrita voltada à pátria e como a tradição de servir ao Estado atua como uma continuidade. Fernandes Pinheiro, na continuação da biografia escrita sobre a vida do tio, advertia:

Não pense o leitor que vou prevalecer-me desta ocasião para descrever-lhe a nossa genealogia, enfeitar-me com brasões heráldicos verdadeiros, ou falsos, não, tal não é meu intento, e unicamente dir-lhe-ei que José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde de São Leopoldo, pertencia à classe média, a essa burguesia que pôde reivindicar para si os mais belos triunfos do nosso século (Ibid., p. 11).

Na passagem, Fernandes Pinheiro (Ibid., p. 11) ressalta o pertencimento de seu tio não mais à nobreza, como ressaltou a fala do Visconde, mas à classe média, “essa burguesia que pôde reivindicar para si os mais belos triunfos dos séculos”. A experiência seria claramente aquela aberta pela Revolução Francesa, tema o qual, inclusive, era mobilizado pelo cônego em seus trabalhos.

A escrita biográfica praticada pelo cônego Fernandes Pinheiro pode ser compreendida como uma das diversas estratégias adotadas por esses homens para compor a *memória* da nação que se erguia no Brasil, por isso, justifica-se a tentativa de resgatar a memória familiar com seu tio, ainda que com as ressalvas das diferenças ao problematizar o esforço de

construção genealógica. Esse movimento pode nos indicar um desejo de *continuidade* entre o projeto representado pela geração do Visconde e a geração do cônego no que diz respeito à importância de consolidação das instituições que compunham o Império. Nesse sentido, as biografias tinham, ao mesmo tempo, a tarefa de resguardar o passado por meio da memória, salvando os fatos do esquecimento, e o dever de justiça que marcaria de maneira profunda os escritos biográficos publicados no IHGB.<sup>25</sup> Assim, como afirma Oliveira (2010, p. 142): “a composição de biografias, justificada pelo dever de salvar do esquecimento os nomes valorosos do passado nacional, podia explicitar, muitas vezes, uma firme opção pela crítica histórica como caminho privilegiado para a retificação da memória”. Cônego Fernandes Pinheiro estaria inserido nesse esforço.

Para ele, a defesa enfática do compromisso do historiador com a verdade e a imparcialidade, combinado ao pressuposto de um “tribunal da história”, longe de funcionar como justificativa plausível para o adiamento da investigação dos acontecimentos do passado recente do Império, serviriam como argumentos propulsores para um estudo histórico sobre a revolução pernambucana de 1817, intitulado sugestivamente de Luís do Rêgo e a posteridade (Ibid., p. 143).

Cônego Fernandes Pinheiro, segundo afirma Oliveira (2010), possuía uma intenção ou um sentido de justiça em seus escritos, porém, a retificação ou reabilitação que fazia da memória não dispensava procedimentos críticos específicos, tampouco o método dos historiadores. A temporalidade era intrínseca ao discurso histórico, era um agente. “A passagem é inequívoca quanto ao papel atribuído à posteridade e, por conseguinte, à própria história como foro de justiça e moralidade” (KOSELLECK, 2006, p. 126). Aqui, fica clara a importância do tribunal da posteridade para os problemas do Cônego Fernandes Pinheiro e o seu sentido de justiça e crítica histórica.

No entanto, é importante ressaltar que os desafios enfrentados por Pinheiro seriam diferentes daqueles enfrentados por seu tio na tarefa de compor a galeria dos varões Ilustres do Império: primeiramente, porque, retomando a tese de Araujo (2016), é possível notar, na própria atuação de Fernandes Pinheiro, o peso de sentir o tempo como “produtor de diferenças e singularidades”, conforme analisaremos ainda nesta seção. Ocuparia até o ano 1858 a função de secretário suplente e membro da Comissão de Revisão de Manuscrito, mesmo período em que é nomeado pelo Imperador para dirigir a revista Guanabara (1854-1856).

---

<sup>25</sup> Maria da Glória Oliveira (2010, p. 39) cita Ricouer (2000) para afirmar a relação entre memória e justiça amplamente disseminada nesse período de escrita da história: “haveria, portanto, uma vinculação entre os imperativos de memória e de justiça cujas implicações excederiam a epistemologia do conhecimento histórico para se inscrever em uma problemática moral e ética mais ampla”.

A série conhecida como “*Estudos Históricos*”, publicadas por seu sobrinho após a sua morte, é composta por textos escritos para o Instituto, como o “*Ensaio sobre o Jesuístas*”, “*França Antártica*”, dentre outros, que apontam para a abertura de um diálogo dentro do IHGB sobre a importância de conhecer o território brasileiro. Além desses ensaios que versavam sobre pontos importantes da História do Brasil, que serão, em seu conjunto, analisados no último capítulo dessa dissertação, a série “*Brasileiros Ilustres*” buscava apresentar os grandes nomes que comporiam a galeria do Império. Como afirma Fernandes Pinheiro, “toda as classes e condições são chamadas ao juízo da posteridade e no *Josafá da história* cada qual receberá a pena ou o galardão que houver merecido” (REVISTA TRIMESTAL DO IHGB, 1858, p. 433). Nesse sentido, trata-se de uma tentativa de escrever a história dos grandes homens, uma vez que essa seria uma importante marca do IHGB, já que

A instituição tem a responsabilidade de organizar uma galeria ordenada dos homens ilustres, isto é, colocá-los em uma disposição espaço-temporal adequada. Assim, eles serão percebidos de uma maneira mais nítida por aqueles que “anelam” “seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional (Ibid., p.110).

Não à toa, Fernandes Pinheiro seria saudado no IHGB no ano de 1855 com as seguintes palavras de Joaquim Norberto: “Novo opúsculo do ilustre escritor! Nacionalize-se tudo entre nós sem exceção da própria leitura, *eduquemos os nossos filhos para que sejam dignos de formar o povo do império diamantino*, como o primeiro da América do Sul” (Ibid., p. 506). Norberto parece ter captado com o verbo nacionalizar um dos sentidos mais profundos da ação historiográfica do cômico, uma pedagogia capaz de criar um povo ainda inexistente que estivesse a altura de um projeto político já implantado. Assim, nota-se um tom que acredita no progresso histórico como uma possibilidade universal de realização no porvir, que se baseia, em alguma medida, no compromisso da sociedade com as coisas pátrias e na figura do historiador como o responsável pela escrita de uma nova história capaz de auxiliar nessa tarefa de formação do povo. Como escreveria o cômico no prefácio da 1ª. Edição de seus “*Estudos Históricos*”:

Historiadores há que entenderem ser lícito adornar com os arabescos da ficção os fatos nacionais, exaltar as vitórias alcançadas sobre os contrários, e esconder, ou atenuar as próprias derrotas; a esta escola pertenceram Heródoto, Tito Lívio entre os antigos, e João de Barros e Rocha Pita entre nós. Por mais respeitáveis que sejam tais autores, por mais patriótico que pareça seu propósito, apartamo-nos de seu método, pensando que abdicaria a história a mais nobre das suas prerrogativas se deixasse de falar aos homens a verdade Por própria experiência terá conhecido o Sr. Nunes o quanto é difícil o escrever acerca das coisas pátrias na ausência quase absoluta de documentos e quão moroso seja o colecioná-los. É esta a tarefa do *Instituto*, que a vai cumprindo gloriosamente graças à especialíssima proteção, que

se digna prestar-lhe uma AUGUSTA PERSONAGEM (FERNANDES PINHEIRO, 1980, p. 178).

Se o espaço do IHGB oferece para Fernandes Pinheiro a possibilidade dessa escrita, os desdobramentos mais precisos dessa empreitada dar-se-iam nos compêndios destinados ao ensino da Juventude. Em 1857, Fernandes Pinheiro iniciaria as suas atividades no Colégio Pedro II, onde, inicialmente, lecionara as disciplinas de “*Retórica e Poética*” (1858-1861), que, depois, se transformariam em “*Retórica, Poética e Literatura Nacional*” (1862-1869) e “*História da Literatura em Geral e Especialmente da portuguesa e Nacional*” (1870-1876). Segundo Souza (1999), a mudança nos nomes das matérias demonstraria a crescente problematização da compreensão das relações entre retórica e poética.

Nos locais de propagação do ensino, as obras mais destacadas de Pinheiro foram o “*Curso Elementar de Literatura Nacional*” (1862) “*O Retrospecto Literário, Episódios de História Pátria*” (1854) e o “*Resumo de História Literária*” (1875). Cabe ressaltar que essas obras inseriam-se em uma clara tentativa de formação da infância para a os aspectos mais centrais da nação brasileira. Passaremos, a seguir, a analisar o material escrito para outras revistas às quais Fernandes Pinheiro dedicou-se.

### 1.3 Os periódicos oitocentistas e as disputas pelo presente

Além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Pedro II, pensados enquanto instituições que conformam um projeto pedagógico para a sociedade Imperial, na tarefa de civilizá-la, a imprensa possui igualmente um papel incontornável.<sup>26</sup> Atuando como meio central de disseminação do conhecimento em uma sociedade que estava em vias de consolidação e formação “efetiva”<sup>27</sup>, a imprensa era uma “força e instrumento essencial para atuação no mundo público” (MOREIRA, 2011, p. 14). Além dessa função, vemos diversos setores da sociedade reivindicarem a educação, utilizando-se dos jornais como meios importantes. Segundo Monica Jinzen, além de difundir os valores e ideias “iluministas” de um projeto civilizatório, a imprensa servia como local de “análise de conteúdos relativos à

---

<sup>26</sup> Sobre a importância da imprensa e a atuação dos periódicos com a educação, ver: FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. EDUEM, 2010.

<sup>27</sup> Na verdade, torna-se importante ressaltar que estavam em jogo vários “projetos de civilização da sociedade”, dentre eles, o Romântico, mobilizado pela revista Niterói. Sobre a discussão à respeito da civilização, ver: MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar*: Access, 2000, p. 33-57.



educação escolar, nomeadamente a defesa da escolarização da população” (JINZEN; INÁCIO; SANTOS, 2010, p. 128).

No ano de 1849, Antonio Gonçalves Dias, Manuel de Araujo Porto Alegre e Joaquim Manoel de Macedo fundaram a “*Revista Guanabara*” – Revista Mensal Artística, Científica e Literária. Suas atividades perduram até 1856, com trinta e sete números publicados. Segundo o primeiro número da Revista:

Debaixo deste título (Guanabara), que acorda o nome primitivo da cidade, augusta rainha da América do Sul, oferecemos ao público esta revista mensal. É ainda a continuação do pensamento que presidiu a publicação do Niterói e da Minerva, pensamento que foi nobremente secundado pela Revista Filomática, em São Paulo, e pela Revista nacional e estrangeira nesta capital (REVISTA GUANABARA, 1849, p. 01).

A *Revista*, já em sua origem, busca reivindicar para si o espaço de problematização da nação. Segundo o texto, “Tudo é grande e prodigioso no Brasil: ‘Então seremos uma nação na América, porque teremos uma fé robusta e com ela a indeclinável esperança que traz toda a convicção profunda, todo o amor de pátria, e todas as virtudes da razão social’” (Ibid., p. 02). Até 1854, houve algumas interrupções na publicação da revista. Segundo Hélio Lopes (1978, p. 62),

[A Guanabara] Foi a última grande revista do primeiro momento romântico brasileiro. Não teria ido tão longe quanto foi se não a sustentasse, como observa Moreira de Azevedo, a mão aberta de Pedro II. Poderia ter encerrado mais cedo a sua atividade. E os Últimos Cantos de Gonçalves Dias, em 1851, abrindo a segunda metade do século, fechavam na realidade a fase de implantação do romantismo brasileiro.

Em 1855, Cônego Fernandes Pinheiro fez com que publicassem, na *Revista Guanabara*, um artigo em resposta à uma edição do *Anuário dos dois mundos*. A epígrafe que iniciava o seu trabalho vinha com os seguintes dizeres: *voilla comme on écrit l’histoire*<sup>28</sup>. A intenção era responder a edição – cuja publicação visava “mimosear seus assinantes com um volume contendo a história política e diplomática de todas as nações do globo num curso de um ano”. Escrevia para ir contra a falsidade dos “fatos mais inocentes da nossa história” que eram envenenados e as tendências do governo “escritos de modo inteiramente falso”. O periódico criticava a maneira pela qual se deu a ocupação brasileira em terra uruguaia, atacando diretamente as políticas externas, diplomáticas e, conseqüentemente, a tão disputada história contemporânea escrita e efetuada no Brasil. A questão era, principalmente,

<sup>28</sup> O autor refere-se a Voltaire. “Et voilà justement comme on écrit l’histoire”

preocupada em afirmar que as ações do Marques de Paraná e os interesses na República do Uruguai que, por vezes, excediam os limites de intervenção, seriam inadequados. A resposta de Fernandes Pinheiro (1855a) buscava pontuar a “adulteração dos fatos”, alegando que houve um “assassinato da verdade”.

De fato, o Tratado de 1851 foi fruto de uma tentativa mais sistemática do estabelecimento das fronteiras do Brasil no Cone Sul e dizia respeito a um contexto mais amplo das relações internacionais, principalmente por representar uma disputa que se arrastava desde os tempos coloniais (MAGNOLI, 1997). Como se sabe, as coroas ibéricas demonstraram interesses conflitantes na região, o que levou à assinatura de diversos tratados visando pacificar o entendimento acerca do domínio de cada uma das partes.<sup>29</sup> Essas questões perduraram e foram alvo de disputas durante muito tempo, com a intervenção de diversas frentes que tentaram solucionar o conflito. Para os homens que escreviam nesse período, a importância de se resolver um conflito que perdurava desde os tempos coloniais parecia uma tarefa primordial, já que essa questão representava um lastro de continuidade relevante, que buscava, em um período de consolidação da política imperial, findar as questões do passado no aqui e agora, em um tempo e local específicos.<sup>30</sup>

A tarefa da escrita da história nacional a partir de 1830 evidencia um complexo processo de definições acerca da forma de experimentar o tempo e problematizar a realidade (ARAUJO, 2008). Essas determinações se dão por meio de continuidades e discontinuidades no que diz respeito à *distância histórica* a ser produzida por esses intelectuais. Assim, a escrita da história efetuada no período da independência demonstrava uma busca pela efetivação da nação, pensada e articulada como um projeto que buscava instaurar-se a partir do cenário efetivo de uma ideia vencedora de regeneração do trono português em terras brasileiras. O ano de 1808 agiria, assim, como um evento catalisador que transformaria a experiência do tempo, a forma com que a história seria problematizada por esses intelectuais, e o ano de 1822 demonstraria um contexto mais efetivo de um limite para um quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro. A partir de então, a tarefa de consolidar a escrita da história tipicamente nacional tornar-se-ia um grande desafio e alvo de projetos que demonstrariam, por sua vez, uma necessidade de distanciamento ou continuidade em relação

---

<sup>29</sup> Tratado de Madrid, Tratados de El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777), Tratado de Badajós (1801), do diplomata Alexandre de Gusmão na defesa da *uti possidetis* para os territórios do sul do Império Português. Ver: BANDEIRA, L. A. M. **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata - da colonização ao Império**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

<sup>30</sup> Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. Sobre as relações entre os membros do IHGB e o letrados platinos, ver: OLIVEIRA, Suellen Mayara Pères de. **A Querela de Clío Na Região Do Prata E O Brasil: Tensões E Diálogos Da Escrita Da História Nos Institutos Históricos E Geográficos (1838-1852)**. UFRJ, 2010.

ao passado português (RODRIGUES, 2014). Esse cenário de disputas políticas, aberto pela efetiva consolidação de um Estado, demonstraria uma intensa necessidade de compreensão da realidade a partir de uma percepção do mundo que se daria através do conhecimento literário, geográfico, histórico e de uma concepção mais determinada a respeito da escrita da história nacional e política.<sup>31</sup>

Além desse cenário, a tomada de posição em um contexto de disputas parece ser uma chave importante para definição do ser político e que se relaciona intimamente ao contexto ao qual se deve responder. O historiador adquire a função de um nobre sacerdote da verdade, em uma tarefa que teria de ser pautada por inspirações de patriotismo em uma vocação adquirida como um bem que deveria atender à posteridade (OLIVEIRA, 2014).

Em 1851, os acontecimentos da região platina se acirram e culminam em um conflito entre Oribe e Rosas. A consequente necessidade da delimitação das fronteiras, principalmente aquelas localizadas ao sul do território brasileiro, fizeram com que as tropas brasileiras invadissem a Argentina e efetivassem o controle do território. Assim, Fernandes Pinheiro posiciona-se respondendo a uma crítica que colocava em questão a política externa adotada pelo Brasil, à qual, por sua vez, seria alvo de disputas no próprio Estado. Assinalava veementemente os progressos da “história contemporânea do Brasil”:

O Brasil é um dos países que **desde a sua independência** mais tem caminhado na **estrada da civilização** e que nesses **últimos anos os seus progressos têm sido tão espantosos que poucas nações o podem igualar**, sobretudo se quisermos atender as dificuldades quase insuperáveis com que tem de lutar, dificuldades provenientes de causas [...] que serão totalmente aniquiladas pela dedicação de seus filhos, e mais que tudo pela graça inefável que do céu recebeu do seu imperador (FERNANDES PINHEIRO, 1855a, p. 8-10).

No mesmo ano, 1855, publicava, na Revista Guanabara, uma crítica à obra de Nunes de Souza<sup>32</sup> sobre a “Geografia Histórica Física e Política do Brasil”, a qual afirmava que “marchamos [o Brasil] na retaguarda das repúblicas da Jovem América”. Fernandes Pinheiro protestaria com “todas as (...) forças”, afirmando que:

O Brasil, o gigantesco império, que como um imenso quadro tem por moldura ao Norte o Amazonas, ao Sul do Prata, a este o Oceano, a ao Oeste as Cordilheiras dos Andes, em cujo fertilíssimo solo se encontram **todos os climas, e as produções de todas as regiões do globo, ligadas em suas diversas partes pela comodidade de**

<sup>31</sup> O povo como força abstrata, atuante e revolucionária, portador de uma vontade a ser inscrita na realidade – que remetia, ainda, a um pensamento típico do Antigo Regime e com raízes no pensamento medieval, seria, ao longo do século XIX, substituído por um conceito de povo inserido em uma visão processual da história e visto não mais como abstração, mas, sim, como ente próprio de um tempo e espaço específicos (PEREIRA, 2013).

<sup>32</sup> Francisco Nunes de Souza foi professor e publicou um manual de ensino de geografia. Morreu em 1860.

**interesses, de língua, de Religião, e submetidas todas ao cetro dum mesmo príncipe, que se esmera em fazer a felicidade de seus súditos**, e cimentar cada vez mais o **amor às instituições**, que devemos dar sabedoria dos nossos maiores: está menos adiantado na carreira da civilização do que essas repúblicas da raça espanhola que dilaceram-se em intermináveis guerras civis, sujeitas ao regime da espada, que as avulta e embrutece causando até admiração como se achem nelas homens assas audaciosos para se ocuparem com a cultura do espírito [...] Se em seu ardente patriotismo desejaria o escritor a quem respondemos, que mais rápidas fosse os nossos progressos é bastante ilustrado para reconhecer que muitas eram as causas que o entorpeciam, e que a maior parte delas tem sido felizmente vencidas” (FERNANDES PINHEIRO, 1855b, p.97-98).

Nessas duas passagens, separadas por um período de poucos meses, notamos que o autor convoca, a partir do texto, o sentido de verdade para a escrita da história que muito diz respeito ao valor da história contemporânea e à crença em um progresso que se realiza no futuro e no presente. Essa espécie de distensão no tempo se realizaria a partir do critério de verdade na escrita da história. Tal atitude verdadeira possibilitaria, por sua vez, a conciliação da escrita da história a respeito do presente que relata, visando elevar tanto o presente da nação, que ia tomando o seus contornos mais específicos a partir de 1850, com a instauração da concepção saquarema no modo de governar (SALLES, 1996), quanto o passado. Este atuaria de maneira a se efetivar no presente, já que esse seria o tempo de realização da autonomia nacional. Citando Voltaire, para o qual a história é “a narração dos fatos considerados verdadeiros”, Bentivoglio (2007, p. 12) aposta na correção da escrita de um texto que esteja interessada, sobretudo, nos critérios de verdade. A escrita falseada da história não corresponderia, assim, ao ideal de pátria que era esperado. Como afirmava, afinal, “os progressos brasileiros caminhavam bastante rapidamente e as causas que o entorpeciam, eram combatidas felizmente” (Ibid., p. 12). Nas passagens supracitadas, notamos que as intempéries e infortúnios seriam harmonizados, em primeiro lugar, através da figura do Imperador e, em uma segunda instância, na figura, ainda que retórica e ideal, do povo.

Através da posição determinante em que vê o México, Fernandes Pinheiro (1856, p. 5) sintetiza o seu argumento que relaciona progresso e patriotismo. Lemos:

O México, esse país tão belo, tão poético, tão favorecido pela natureza, mostrou-se ao sábio viajante sob o aspecto o mais triste e desanimador, pela completa ausência do **espírito público**, pela total falta de patriotismo. É um povo em estado de dissolução, tal como eram os gregos do Baixo Império nos últimos tempos da sua existência, antes que o alfanje de Maomé II viesse por termo as suas escandalosas rixas. A guerra civil é o estado normal do país; todos os chefes militares aspiram a honra de sentarem-se na cadeira presidencial, e as eleições se fazem no campo da batalha.

Conclui: “ali ninguém tem fé no futuro, e tudo se ressentido do caráter provisório que forma a base da sua vida política” (Ibid., p. 02). A má administração, a falta de dinheiro e, acima de tudo, a falta de patriotismo e espírito público bastariam para que Fernandes Pinheiro afirmasse que: “Tudo parece agourar que em breve será o México riscado da carta das nações e incorporado à União Norte-Americana” (Ibid., p. 02).

Nota-se que o ideal de nação que se procurava forjar em suas narrativas estaria relacionado à necessidade de atuar politicamente, analisando o passado e com a crença da harmonização das intempéries da história em um futuro determinado. Assim, como afirma Pereira Rauter (2013, p. 39), “a razão política deveria se basear na moral prática fundada na experiência passada e no esclarecimento da verdadeira natureza humana. Para Burke, no que se referia à moral”. Ao citar Burke, a autora problematiza a face de uma ideologia difundida pelo liberalismo da Restauração, em que o francês pontua que o povo deve surgir como uma entidade histórica e moral, o que questiona, assim, a ideia de soberania que reside no povo. Este tem direito à soberania, mas essa não deveria ser confundida com o poder do povo. Essa passagem pontual trabalhada pela autora problematiza a própria consistência que a palavra povo adquire para os intelectuais do tempo do Império, ancorada, principalmente, nas idéias de “vontade geral” e “soberania do povo”. Assim, esse conceito teria que circunscrever menos a política e mais a sociedade.<sup>33</sup>

A saída de uma narrativa que harmoniza o acaso na perspectiva nacional o faria contemplar a história portuguesa e analisar os fatos que a compunham, destinados a, em um mesmo tempo, sentir-se saudoso em relação a uma idade de ouro de Portugal e confiante nos destinos que a nação iria alcançar com o desenrolar necessário dos anos, porém, com a clareza de afirmar que o passado não se ressuscita. Faria parte dessa narrativa o reconhecimento de que Portugal, “por causas que não apreciaremos aqui retardara-se na marcha do progresso” (FERNANDES PINHEIRO, 1855c, p. 5). Assim, ao analisar o governo de Pedro V, o definiria como o rei responsável por “inaugurar uma nova época na vida das mais adiantadas na civilização, introduzindo em seu país úteis reformas”. Animado pelas reformas de Bélgica e Holanda, “propõe-se imitá-los seguindo as sábias lições do grande Leopoldo” (FERNANDES PINHEIRO, 1855c, p. 5).

---

<sup>33</sup> A autora coloca em diálogo Koselleck e Gauchet, para o qual, “na sociedade histórica, o poder e o direito natural deixam de ser a explicação para a ordem social e para sua transformação pela revolução. É na esfera das relações, independentemente do direito e do Estado, que o mundo da sociedade se dá e se revoluciona no tempo de forma autônoma. A sociedade se torna o laboratório de produção de si mesma e de sua própria história, portanto a sede da legitimidade política” (RAUTER, 2013, p. 39).

No sentido evidenciado por essa noção esboçada e pela necessidade de intervenção em um amplo contexto de disputas políticas marcadas pela abdicação de Pedro I, Fernandes Pinheiro parece entender que a distância histórica em relação a Portugal para a escrita da história era necessária em um período anterior, mas que, em meados dos anos de 1850, o dever de uma escrita verdadeira era trazer à tona a crença nos progressos proporcionados pela monarquia. Mais do que isso, “ladeado pelos nossos dignos colegas, não desanimaremos; como filho do progresso temos fé no futuro e para ele apelamos com resignação e confiança” (Ibid., p. 5). Nesse sentido, o projeto de Fernandes Pinheiro estaria relacionado a uma escrita que buscava reconstituir certa continuidade entre o passado do período colonial brasileiro e essa consolidação como nação pautada pela noção civilizacional de progresso. Uma distensão e recuperação do passado colonial possibilitaria a domesticação da sensação moderna de aceleração e descontinuidade, permitindo alargar positivamente as expectativas, historicizando a conquista do progresso em uma linha longa entre um passado distante e um futuro distante.

Esse contexto de maior instabilidade política<sup>34</sup> seria determinante para a análise dos rumos que a escrita da história tomaria a partir de 1840, já com a maioria de D. Pedro II. A desintegração de algumas forças políticas do período da Independência e a consequente necessidade de uma organização do ponto de vista político apontavam para o imperativo de uma intervenção mais sistemática no que diz respeito aos caminhos do Brasil enquanto uma nação. A partir de 1844, o país estabelece novos rumos para a definição de suas fronteiras de maneira efetiva (SALLES, 2003).

Outro importante periódico do qual o Cônego Fernandes Pinheiro fez parte foi a Revista Popular. Em linhas gerais, a revista seguia, como o seu próprio nome diz, a intenção de ser um periódico que falasse a um público mais amplo do que o restrito aos círculos estritamente intelectuais. Segundo os autores: “Escrevemos de tudo para todos ... desde a ostra que se gera nas profundezas do oceano, até o astro que gira pela imensidade dos céus, tudo o que abrange o conhecimento humano é do nosso domínio” (REVISTA POPULAR, 1859c, p. 04).

Em 1859, Fernandes Pinheiro publicou na Revista Popular um artigo intitulado “A viagem imperial”. Atendendo à demanda de uma compreensão mais sólida a respeito da

---

<sup>34</sup> Marcos Morel fala à respeito de uma instabilidade social e semântica vivida nos tempos da independência. Ver: MOREL, Marcos. **As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. (1820-1840)**. São Paulo Hucitec, 2005; BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial**. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

situação presente imperial, o autor escrevia um ensaio encomiástico sobre a vinda da família real para o Brasil, datando a “verdadeira época da nossa emancipação política”, o dia 23 de janeiro de 1808, “em que o príncipe regente de Portugal, que deve ser depois o senhor D. João VI, pisou as plagas baianas, e o decreto de 28 desse mesmo mês e ano [poderia] ser considerado com a *magna carta* do nosso comércio e agricultura” (FERNANDES PINHEIRO, 1859a, p. 3). Assim, “no apocalipse da história, fadado estava que o Brasil iria em breve se inscrever no índice das nações livres e independentes, e essa imensa região (...) não podia baixar a mísera escala de desprezada colônia” (Ibid., p.3). Dessa forma, se encerrara a primeira fase do Brasil para dar lugar a uma nova fase, em que a presença real mudaria a relação dos brasileiros para com os acontecimentos políticos. A insatisfação dos brasileiros seria um passo natural, dada as circunstâncias seguintes: como poderiam duas nações reger os dois povos ligados pelo mais forte vínculo social, após a fixação da sede da monarquia? Fernandes Pinheiro prossegue sua argumentação afirmando que D. João VI teve que lidar com o desejo do seu retorno para Portugal e, assim, “na vida das nações, como na dos indivíduos, existem horas tremendas, em que se decide da sua felicidade, ou infortúnio” (Ibid., p. 9).

O argumento apresentado procura comparar a nação à vida mesmo das pessoas. Assim, afirma que, desse estado de dúvida quanto ao porvir, ressentem-se as resoluções dessa época. João VI parte e deixa seu filho como sucessor. Assim, “salvo estava o elemento monárquico, e assegurada a integridade do gigante dos trópicos” (Ibid., p. 9). O autor estabelece toda a narrativa ressaltando a importância da escolha da pessoa de D. João VI, como o seu regente maior, para os caminhos que a nação brasileira tomaria. A partir daquele ato, o destino da nação estaria assegurado no sentido do progresso, pois “as palavras [de D. João VI] ao príncipe seu filho são como testamento do passado em favor do futuro. Ensanguentada poderia ser a luta, porque forte era o domínio” (Ibid., p. 9). O autor utiliza uma máxima para época: a identidade que se afirma na nação como um legado rico de recordações que envolvem, como na vida dos indivíduos, esforços, sacrifícios e devoções. Continua a argumentação afirmando que:

Existem entre nós alguns *Cassandras políticos*, que recusam a evidência dos fatos e prognosticam vindouras desgraças. Para esses pragueiros a branca nuvem, que por um momento tolda o céu de safiras, é mensageira de negra borrasca. Simulam desconhecer que atravessamos um período de transformação social e econômica; que a substituição do trabalho escravo pelo livre; a introdução de colonos de diversos costumes e crenças, modificando profundamente a **nossa antiga** existência, e exigindo a **revisão de nossas leis**; a expansão dada ao crédito como condição dos melhoramentos materiais, devem trazer necessariamente certo abalo na máquina

governativa, que longe de intimidar-nos, é pelo contrário seguro **indício de civilização e progresso** (Ibid., p. 9. Grifos nossos).

Ora, como 1808 foi a marca do destino das nações, 1821 representou a marca da aprovação pelo povo do princípio constitucional que possibilitava a adesão. Retornando ao momento, por meio de um testemunho, afirmou:

Completam-se hoje trinta e oito anos, que a primeira assembleia eleitoral do Brasil foi dissolvida pela violência, que o sangue dos escolhidos do povo tingiu o pavimento da Praça do Comércio. Como o véu de crepe, que cobre o retrato de Marino Falliero na sala dos doges de Veneza, a negra mão do mistério parece **ter sepultado no sarcófago do silêncio esse memorando fato da nossa história**. Quebrems a pedra do sepulcro, **interroguemos o passado**, e se ainda nos restarem dolorosas dúvidas, teremos ao menos conquistado uma parte da verdade (Ibid., p. xx. 9).

O paralelo traçado seria em relação ao momento de convocação da Assembleia dos Estados Gerais na Revolução Francesa.

Confundidas as classes e promiscuamente sentados eleitores e populares, reinava a demagogia nessa assembleia tão propriamente comparada pelo Sr. C. Rebeyrolles a da *sala do jogo da péla*, magnífica estreia da revolução de 1789. Subindo cada vez mais a onda popular, aconselhava a prudência que dirigissem os bons cidadãos o movimento, já que não podiam comprimi-lo (Ibid., p. 10).

Essa perspectiva aponta para certo panorama que coloca em cheque a escrita da história de Fernandes Pinheiro (1859a): quando o progresso civilizacional e, conseqüentemente, a ideia do povo, tomassem os rumos da nação, qual seria a saída para a escrita da história? Esse não seria um questionamento novo para a tradição romântica do período, elencando a revolução Francesa como a responsável por instaurar uma sensação de caos, mas, em alguma maneira, a solução para esses desacertos do passado teria lugar em um território que tivesse uma nação consolidada, pois,

Eis o grosseiro esboço da única sublevação, que presenciou a nossa cidade durante o regime colonial: estudamo-la nas fontes, que mais puras nos pareceram; julgamo-la com imparcialidade; e terminamos com o profundo pensamento de M. Guizot: *são os governos, e não os povos, que fazem as revoluções* (Ibid., p.10. Grifos nossos).

Fernandes Pinheiro parecia intensificar essa visão como uma forma de existência, portanto, os caminhos que o próprio autor trilhava estariam bastante ligados a essa crença em uma existência da nação como a vida dos indivíduos e a organização dessas esferas no desejo popular, desde que esse povo estivesse preparado para tal feito. A tarefa de escrita da história



voltada para educar a juventude imperial, sem dúvida, seria a marca central da escrita da história realizada por ele. Os fatos nacionais eram compreendidos como a maneira de fazer a juventude “amar a glória pátria, interessar-se pelo progresso do seu país” (FERNANDES PINHEIRO, 1856, p. 8).

A extensão do programa de nacionalizar seria uma tentativa presente, sobretudo, nos livros destinados ao ensino de História do Império. Nota-se que os escritos publicados nos periódicos de circulação no oitocentos possuíam um caráter mais livre na escrita, apesar de seguirem uma tentativa presente nos próprios corpos editoriais de cumprir o papel de “civilizar” a sociedade.

A defesa da monarquia parece representar, em Fernandes Pinheiro, uma necessidade para a organização do Estado nos caminhos do progresso. Nesse sentido, Fernandes Pinheiro atuava como um defensor árduo da monarquia, como uma solução que conseguiria harmonizar os tempos. Dessa maneira, as ações da monarquia portuguesa e da permanência da família em terras brasileiras seriam representantes de um processo mais amplo, que circunscreveria a história que o povo quer nos preceitos da história nacional. Como se nota no artigo publicado na Revista popular, intitulado “*Viagem Imperial*”, o autor problematiza a importância da monarquia como sinônimo de prosperidade, questionando a utilidade dessa empreitada para a construção nacional.

Por demais conhecida é a situação dos outros nossos contrêrrâneos para que se pretenda estabelecer paralelo conosco. Provando como fica que **toda a nossa prosperidade provem da monarquia**, e que menos incerto é o nosso porvir do que o dos nossos vizinhos, tratemos da imediata **utilidade**, que ao Brasil resultou e resultará da última digressão do Imperador a algumas das nossas províncias. Conhecedor por própria experiência das mais vitais necessidades das províncias, **ousamos esperar que uma nova era vai inaugurar-se**. Suplantado se acha o princípio democrático contra o qual precisas se fizeram algumas das nossas leis de repressão. Não é hoje um brado revolucionário a palavra *reforma*; podem todos pedi-las e desejá-las. Cremos porém que o primeiro reformista, o primeiro agitador legal, será o Imperador. Ouviu as queixas do povo de envolta com os seus *vivas*, lamentou a impraticabilidade das nossas estradas, o atraso da instrução pública, a má administração da justiça, a inabilidade dos governos provinciais, os embaraços da centralização, e mil outros males, que ao seu esclarecido ânimo se revelaram: e hasteando o pendão do progresso, à frente dos poderes do Estado, exclamara – O POVO O QUER! (FERNANDES PINHEIRO, 1859a, p. 15).

O autor escreve na busca desse critério de verdade, assentado no passado enquanto autoridade para a escrita da história, tendo como balança para uma escrita justa – aquela comprometida com a elevação do Estado Imperial – a aposta em uma defesa enfática do compromisso do historiador com a verdade, imparcialidade e a crença no tribunal da história, que atuariam, em suas obras, como incentivo a necessidade dos estudos históricos.

Em seu trabalho sobre as biografias enquanto problema histórico no Brasil oitocentista, Glória de Oliveira (2011) discorre acerca dos caracteres da elaboração das biografias no seio do instituto, divididos quanto à sua temática, que tinha sob principal tarefa expor a verdade sob diferentes formas de elaborar determinadas visões sobre o passado, “e por conseguinte, as ‘verdades’ que o historiador seria capaz ou não de captar” (OLIVEIRA, ANO, p. 134). Quando se tratava de narrativas de personagens históricos, esperava-se veracidade. A autora mostra que o historiador tinha um lugar específico de fala e um papel específico a se cumprir, podendo ser crítico de testemunhos do tempo pretéritos ou dedicar-se ao desafio de registrar acontecimentos do tempo presente. Nesse sentido, as biografias tinham, ao mesmo tempo, a tarefa de resguardar o passado por meio da memória, salvando os fatos do esquecimento, e o dever de justiça, que marcaria de maneira profunda os escritos biográficos publicados no IHGB. Maria da Glória cita Ricouer para afirmar a relação entre memória e justiça amplamente disseminada nesse período de escrita da história: “haveria, portanto, uma vinculação entre os imperativos de memória e de justiça cujas implicações excederiam a epistemologia do conhecimento histórico para se inscrever em uma problemática moral e ética mais ampla (RICOUER, 2000 *apud* OLIVEIRA, ANO, p. 136) Assim, “a composição de biografias, justificada pelo dever de salvar do esquecimento os nomes valorosos do passado nacional, podia explicitar, muitas vezes, uma firme opção pela crítica histórica como caminho privilegiado para a retificação da memória” (OLIVEIRA, 2014, p. 142). O Cônego Fernandes Pinheiro estaria inserido nesse esforço.

O texto do Cônego apresenta um tom crítico em relação a uma ideia de que o Brasil não se encontraria no caminho para o progresso, ao mesmo tempo em que apresenta uma visão crítica em relação aos países latinos, que “dilaceram-se em intermináveis guerras civis”. Essa crítica insere-se em uma tomada de partido mais sistemática e em uma discussão travada entre centralizadores e federalistas, que demonstra o tipo de Estado que se desejava construir em seu aspecto judicial. Esse Estado encontra sua legitimação em uma dicotomia representada, por um lado, como devedora da vontade nacional e, por outro, pelo interesse local no discurso do Visconde do Uruguai, que acreditava que a centralização dos interesses do Estado garantiria o direito dos cidadãos (COSER, 2008). Coser (2008) argumenta que o Estado Nacional defendido pelos centralizadores modificou-se após o Ato Adicional de 1834, trazendo novos conceitos ao debate político que começava. Os federalistas estariam, por um lado, defendendo os seus interesses, que não seriam mais os interesses “provinciais”, mas reforçavam a competição entre as províncias, e os centralizadores apostavam na unidade nacional como uma força baseada no princípio da “impessoalidade”. Nesse contexto, seria

criado o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil e um paulatino interesse do IHGB no que diz respeito às questões territoriais e, conseqüentemente, à geografia e à história como conhecimentos necessários à afirmação desses locais.

Em 1859, adotando o argumento de um desenvolvimento político como o motor para o progresso da moral da nação, o autor argumenta a vinda da família real para o Brasil como a emancipação política iniciada em 1808 e encerrada em 1822. No entanto, o progresso moral demandaria mais tempo para uma total efetivação.

Força foi esperar que melhores dias raiassem no horizonte brasílico, e que duma vez cessasse o **suspeitoso temor, que nutria Portugal contra o desenvolvimento moral da sua colônia americana**. Marca a chegada del-rei D. João VI a verdadeira época da nossa emancipação política: e o dia 28 de Janeiro do ano de 1808 encerrava as premissas do glorioso 7 de Setembro de 1822. Na longa série de melhoramentos morais e materiais, ordenados pelo príncipe-regente conta-se a criação duma imprensa régia, onde começou a publicar-se nesse mesmo ano (1808) a *Gazeta do Rio de Janeiro* (FERNANDES PINHEIRO, 1859b, p. 9).

Melhores dias raiariam no horizonte brasílico e “os novos Heródotos e Titos Lívios encontram no jornal fotografados sucessos do dia, inexpugnável barreira a seus improvisos (...) Assim, eis-nos chegados aos tempos contemporâneos, em que só podemos ser **testemunhas e nunca juízes**” (Ibid., p. 12). A sua escrita estaria pautada na elevação daqueles elementos-chave para a constituição de uma nação brasileira sem, contudo, incorrer no perigo do juízo, que, por sua vez, abriria precedentes para a própria crítica do caráter nacional. Isso não impediria o autor de promover uma escrita que problematizasse os feitos da colonização portuguesa a um projeto maior de efetivação da nação e nem de se negar ao desafio da escrita sobre os tempos contemporâneos. A crença no projeto monárquico de Dom João VI e nos progressos brasileiros rumo a um processo maior de civilização possibilitaram uma crítica mais sistemática de Fernandes Pinheiro a respeito dos jornais publicados no período da Independência e, conseqüentemente, demonstravam uma visão ‘inconstitucional’ à respeito do processo emancipatório. Afirma que:

Miríadas de jornais produziu a exaltação política, que teve o 7 de Abril por paradeiro, escritos pela maior parte em estilo desabrido e empregando a sátira burlesca, e muitas vezes desonesta. Era própria da época essa virulenta linguagem, e a revolução francesa de 1848 mostrou que ainda os mais cultos povos sabem-na empregar (Ibid., p.15).

Claramente, Fernandes Pinheiro posiciona-se como um defensor desse Estado Imperial que se fortalece em meados da década de 50 e mostra a necessidade de que essa adesão se

fortaleza. A questão, desde os livros canônicos de Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro e Ilmar Mattos, seria compreender em que medida e quais as características centrais do Estado: a quem ele atende e quais os elementos mais direcionados a favorecer a organização de um poder central bem estabelecido. No entanto, o presente estudo se assenta principalmente em apontar as condições estruturais capazes de explicar a emergência do desejo por história e pela nação, atentos aos movimentos intencionais e não intencionais de autonomização da prática historiadora e intelectual (VALDEI, 2014). Essa tentativa não deve confundir-se com a ideia de que, a partir do Estado, pode-se falar de uma nação organizada em um projeto unificador. Antes disso, percebe-se que os letrados brasileiros acreditavam na força da história como uma narrativa capaz de dotar de sentido aquelas experiências ainda difusas e contorcidas por uma nova experiência política, uma nova cidade, uma nova corte. Para isso, era preciso que a narrativa da história fosse, antes de tudo, explicada pelos feitos da própria história. O discurso nacional é convocado para responder a uma nova situação, que implica, em alguma medida, na memória a respeito do passado nacional, baseado no conceito de progresso, atuando como um conceito de movimento que relaciona experiência e expectativa (KOSELLECK, 2006).

Fernandes Pinheiro adentra em um quadro notório de estabilização dos caminhos e rumos que a nação brasileira poderia tomar. Isso significa dizer que, como conceito organizador de uma experiência, a nação, a partir de um determinado período, consegue se instaurar como uma realidade existente, capaz de dotar de sentido e tocar a experiência daqueles homens. Para consolidação desse conceito na experiência da história, passado, presente e futuro se articulam configurando usos distintos para o fim ao qual devem servir. Para além da perspectiva de ser possível sentir a nação como uma experiência mais ou menos sólida, nota-se que os centros de ensino, dentre eles, o Colégio Pedro II, tiveram por tarefa central educar um público diversificado a respeito do que seria aquela nação e formar uma geração de alunos que, de alguma maneira, seriam os representantes daquele saber divulgado entre as elites intelectuais, pois a maior parte da população não tinha, ainda, acesso ao sistema escolar, para não mencionarmos os homens e mulheres reduzidos a escravidão.

Fernandes Pinheiro, portanto, escrevia e efetivava um ideal de nação que, aos poucos, ia se fortalecendo a partir da compreensão narrativa dos fatos centrais para a sua escrita. Era preciso ‘inventar’ a história dessa nação, uma invenção que estaria submetida a aparatos específicos que estiverem pautadas pelo “princípio de fixação da periodização da história brasileira” (CEZAR, 2008, p. 100).

O papel da escrita da história surge em um contexto de disputa e, conseqüentemente, de afirmação, já que caberia à posteridade o julgamento dos preceitos mais centrais da escrita da história. Assim, nota-se um tom de crença no progresso histórico como uma possibilidade universal de realização do porvir, que baseia-se, em alguma medida, no compromisso da sociedade com as coisas pátrias e tendo o historiador como a figura responsável por efetuar a escrita.

O Cônego afirma incisivamente o presente com sua efemeridade e por ser um tempo de grandes mudanças. Por esse motivo, falar sobre o tempo no qual se vive é abrir o precedente para uma crítica mais incisiva, já que, apesar de conhecer as causas que entorpecem esse progresso, elas têm sido felizmente vencidas. E essa tentativa apontaria, ainda, o risco de uma escrita da história que se confrontaria com as disputas políticas. Porém, em um período considerado estável para Fernandes Pinheiro, a escrita verdadeira da história nacional passaria, antes, por uma narrativa que demonstrasse o seu critério de verdade em todos os elementos de sua organização, pois é assim que se escreve a história. O autor afirmava, na defesa da *Revista Guanabara*, que a abertura de um novo tempo estava solidificando-se e, por isso,

É tempo de libertarmo-nos do jugo de velhos preconceitos que consideravam o literato e poeta como homens inúteis à sociedade, sejam estes estimados pelo povo assim como são honrados pelo Monarca e os bons livros aparecerão, os jornais terão suculentos artigos e as sociedades literárias terão concorridas suas sessões. Os veteranos da imprensa cansados por tantas lutas que gloriosamente sustentaram, e curvados pelo peso dos louros, almejam por descanso; e chamam novos combates, que venham ocupar nas trincheiras o lugar que ocupam: cumpre-nos acudir a seu chamado, militar debaixo de suas ordens, e sem aspirar o bastão de marechais, tomar o fuzil do simples soldado. Socorram-nos eles com seus conselhos em troca do ardor com que serviremos a boa causa.

Avante! Avante! Olhemos para a coroa do Senhor D. Pedro Segundo, como os soldados de Henrique IV para o seu penacho branco; lembremo-nos que seu reinado deve ser para nós o que de Leão X e de Luiz XIV foram para os italianos e franceses; **façamos tudo por um príncipe que, mais que nenhum outro, é digno das homenagens do seu povo** (FERNANDES PINHEIRO, 1855, p. 9).

Assim, o papel da escrita da história assumida por Fernandes Pinheiro nasce comprometida em problematizar qual seria a sociedade ideal para o Brasil, tendo em vista que uma nação só pode caminhar para o progresso se possuir instituições fortes e centradas nesse processo, além de um corpo social que acredite nessas instituições, já que:

O país, cujo Monarca, como o Sr. D. Pedro Segundo, anima as letras, recebendo-as em seu palácio, assistindo as suas justas, aos seus torneios, consagrando-lhes as poucas horas que a gestão dos públicos negócios lhe deixam livres, deve ser certamente um grande e venturoso país! Também nós na nossa humildade te

saudamos, o aurífero brasileiro império! também te auguramos épicos destinos, também vemos no teu Imperador o novo Pedro, Eremita, de uma nova cruzada civilizadora! (Ibid., p. 12).

Ora, essa necessidade de afirmação do presente a partir de uma leitura específica do passado encontra o seu lugar nos próprios ditames de elevação do Estado Imperial, que precisa se edificar moralmente perante aos seus pares e se justificar a todo o momento frente à sociedade que o abriga, ao passo que se encontra em um momento de transformação vital, em que a própria história precisa abarcar realidades mais amplas e distintas daquela que uma vez o orientavam. É primordial retornar à discussão acerca da formação nacional. Guerra e Annino (2003) demonstram que a nação moderna surge como a maneira de conceber a coletividade vinculada a uma nova forma de organização social, sustentada em um novo modelo de comunidade política que nasce na “combinação de ideias, valores, imagens e comportamentos” marcados no final do século XVIII. Principalmente para contexto latino americano, os autores ressaltam a Independência ligada a um momento de crise política que afeta a forma pela qual as sociedades se organizam, cuja tarefa central era a missão de formar estados soberanos. Além disso, a nação soberana deve ser pensada a partir do princípio de identidade que se afirma ou se inibe em relação ao outro. O princípio da diferença, a crise política e a construção da identidade, portanto, seriam os elementos chefes na organização dos princípios de coerência de um povo. Nesse sentido, a tarefa de “construir a história da gênese da nação, de seus heróis fundadores e seus inimigos, do horrível passado do qual se orgulham libertar e do grande futuro que cabe esperar” (GUERRA; ANNINO, 2003, p. 11). A nação, portanto, não seria apenas uma comunidade enraizada no passado, mas, também, uma maneira de existir, uma consequência de um vínculo social inédito entre indivíduos-cidadãos, frutos de um novo pacto fundador expressado na constituição” (Ibid., p. 11). Ainda nesse sentido, citamos a tese de Evandro Santos (2014, p. 44), o qual argumenta que:

O pragmatismo do trabalho de investigação histórica não seria resolvido senão por meio de uma solução eficiente tanto no sentido de apresentar planos de ação política quanto no de efetivamente orientar, nas esteira do discurso letrado da época, os mecanismo de legitimidade do saber que adivinha daquela investigação.

Para tal concepção, parte-se do reconhecimento do caráter pedagógico aberto pelo historiador, que se via imbuído em: “cumprir a tarefa de tornar nacional e ordenada a história do Brasil era promessa conjunta ao serviço que os letrados oriundos da burocracia imperial buscavam prestar ao Estado a partir do Instituto” (SANTOS, 2014, p. 43). Apesar de essa ser uma discussão amplamente feita na historiografia brasileira, o autor traz uma importante

contribuição ao questionar o que daria sentido à prática historiadora de Varnhagen, que harmoniza, em sua atividade, as necessidades éticas e políticas. Nesse sentido, Fernandes Pinheiro seria um continuador do projeto de Varnhagen e de outros autores ao procurar estabelecer no território uma efetiva nação, uma ética, o que explica diretamente a sua ação como agente histórico; e uma política, no que diz respeito à própria determinação do Império. Nota-se que a consolidação mais efetiva desse projeto se estabelece a partir do que aqui problematizaremos como o gosto pelo nacional, aquilo que possibilitaria a adesão ao projeto.

## 2 CONSTRUINDO O GOSTO (PELO) NACIONAL

### 2.1 Moral, historicização e religião nacional

Participa a esperança da natureza dos sonhos, e coloca-nos, como eles, em um mundo imaginário (...) Por sua encantadora presença tudo toma mais rico aspecto, mais brilhante colorido: os campos apenas semeados se mudam em abundantes searas, a cabana coberta de palha em elegante casa de campo, e a barca do pescador em navio mercante. – César partilhava com seus amigos os restos da sua fortuna – O que reservas para ti? Pergunta-lhe um cavalheiro Romano. – A esperança, responde César. Essa esperança era o império do mundo, e ela realizou-se (FERNANDES PINHEIRO, 1849, p. 02-03).

Como já foi dito, Fernandes Pinheiro doutorou-se em Teologia, em Roma, no ano de 1852, e retornou ao Brasil, em 1854, como redator principal do periódico “*A religião*”, editado semanalmente na cidade do Rio de Janeiro. Nesse período, ele troca correspondências com Ferdinand Denis, procurando receber um parecer das obras que escrevia, principalmente daquela que mais recebeu elogios e críticas: o “*Curso Elementar de Literatura Nacional*”, publicado em 1862. Embora, ao iniciar a carreira docente, Fernandes Pinheiro tenha renunciado ao canonicato, não deixou de produzir em consonância com uma forte crença religiosa e nem cortou vínculos com a igreja católica enquanto instituição. Era, assim, através do estudo da religião que o autor, nos primeiros anos de sua atuação, procurava sedimentar a percepção a respeito da história como via necessária ao progresso do homem. Fernandes Pinheiro organizou a parte religiosa do “*Jornal do Comércio*”, “*Diário do Rio de Janeiro*”, “*Correio Mercantil*”, além de fundar, em 1851, a “*Tribuna Católica*”.

Em princípios de 1848 começou a publicar-se o primeiro jornal religioso, redigido pelos srs. Monsenhor dr. Miranda Rego e padre dr. Patrício Moniz, aos quais mais tarde também nos associamos. Era o nosso propósito instruir o povo nas verdades da santa crença que professamos e combater a propaganda socialista que então devastava a França [...] Buscamos depois preencher a lacuna que de um jornal religioso existia na nossa imprensa, e fundamos em 1851 outro sob a denominação de *Tribuna Católica*, que se sustentou até a nossa partida para Europa (FERNANDES PINHEIRO, 1873, p. 475).

A sua inserção no espaço público do período acompanha uma trajetória justificada pela tentativa de tornar-se conhecido como um importante autor do século XIX. Não por acaso, Fernandes Pinheiro, ao longo de sua atuação, estabelece relações que caminham nesse sentido. Para Joaquim de Macedo Soares (1860, p.3), em “*Retratos a Lápis*”:



É homem assim: quando pedem lhe que escreva, escreve, sem ostentação, sem orgulho; querem conversar, conversa, com espírito, com agudeza, rindo-se, embalando-se numa cadeira de balanço, criticando a época, falando de política – eu já disse que ele é um homem plástico – contando anedotas de sua vida na Itália: mas tudo isto sem causticar ninguém, sem mordacidade. Discute, sabe lógica, porém não disputa. Tem uma fisionomia particular: rosto largo e cheio, fronte vasta, expressão franca e simpática; em criança era um bambino santo. Fala bem e com eloquência, mas não é orador, falta-lhe a sonoridade da voz [...] Sua vida é regular, mas não é monótona. Vai ao Colégio todos os dias, às quintas-feiras tem Instituto Histórico, aos domingos diz missa no Instituto dos Meninos Cegos, passeia na rua do Ouvidor até o Garnier, onde fala francês e italiano à noite recolhe-se e põe-se a estudar quando não há nenhum amigo de carne e osso com quem conversar. De carne e osso, porque há outros, genericamente falando, mais leais, mais constantes e menos cáusticos: são os livros e desses possui excelentes o nosso herói.

Talvez, a plasticidade a qual se refere Macedo Soares esteja relacionada a vários caminhos nos quais a obra de Fernandes Pinheiro foi inserida: crítica literária, geografia, política, religião. Discutia sobre os progressos do Brasil e queria a construção de uma nação cuja coerência fosse fundamentada no presente. A juventude era a esperança de um projeto de pedagogia, a partir da qual esse esforço faria sentido. Seria, assim, a efetivação maior de sua busca. Como pontuamos ao longo do primeiro capítulo, Fernandes Pinheiro escreveu ativamente nos periódicos do IHGB, em uma série de trabalhos que visavam, em sua maior parte, elencar os grandes feitos dos heróis nacionais, construindo, desse modo, uma memória a respeito dessas ações. Essa e outras obras foram dedicadas a tal fito, publicadas, em seu conjunto, para serem utilizadas no colégio Pedro II, local no qual Fernandes Pinheiro lecionou de 1857 até 1875, ano de sua morte. Dentre os livros publicados para o uso no Imperial Colégio Pedro II, citamos: “*Episódios de história pátria contados à Infância*”, “*Postilas de Retórica e Poética*”, “*Curso Elementar de Literatura Nacional*” e o “*Resumo de história contemporânea*”.

Os dois periódicos aqui citados – “*A religião*” e a “*Tribuna Católica*” – inserem-se em um importante contexto de atuação da Igreja Católica, que tentava uma intervenção mais incisiva na esfera pública. A imprensa, de modo geral, exerce a tarefa, principalmente após a independência brasileira, de intervir nos costumes e na moral pública, de modo a cumprir um importante papel de instrução. Nesse sentido, a abertura vem a partir do princípio iluminista de veiculação de ideias que visavam educar o público leitor na tarefa de conformar a ordem imperial. O projeto dos periódicos que circularam nas primeiras décadas do século XIX era o de inserir na opinião pública brasileira a importância de pensar o catolicismo enquanto crença e estabelecer uma lógica de circulação de ideias na sociedade Imperial.

Dessa maneira, esses periódicos tinham como público a população leitora imperial, capaz de fazer circular a mensagem religiosa nacional. Publicados quinzenalmente e

circulantes na cidade do Rio de Janeiro, eles veiculavam discussões da Igreja Católica como forma de educar a *boa sociedade*. Como adverte Fernandes Pinheiro em uma passagem do Jornal *A religião*, a Igreja Católica é instituição presente no Brasil desde os primórdios da colonização, cuja atuação sofreu diversas intervenções ao longo dos anos. Como principal instituição até os primórdios do século XIX, a questão da Religião é reacendida no Império, principalmente a partir de um crescimento – a nível Ocidental – do discurso de laicização do Estado. No Brasil, as reações foram diversas, sendo que as da Igreja Católica se deram de maneira fragmentada. A carta encíclica de Gregório XVI, publicada em 15 de agosto de 1832, afirma que:

A maldade rejubila alegre, a ciência se levanta atrevida, a dissolução é infrene. Menospreza-se a santidade das coisas sagradas, e o culto divino, que tanta necessidade encerra, não é somente desprezado, mas também vilipendiado e escarnecido. Por esses meios é que se corrompe a santa doutrina e se disseminam, com audácia, erros de todo gênero. [...] Combate-se tenazmente a Sé de Pedro, na qual pôs Cristo o fundamento da sua Igreja; forçam-se e rompem-se, momentaneamente, os vínculos da unidade. Impugna-se a autoridade divina da Igreja e, espezinhados os seus direitos, é submetida a razões terrenas; com suma injúria, fazem-na objeto do ódio dos povos, reduzindo-a a torpe servidão. O clamoroso estrondo de opiniões novas ressoa nas academias e liceus, que contestam abertamente a fé católica, não já ocultamente e por circunlóquios, mas com guerra crua e nefária; e, corrompidos os corações dos jovens pelos ensinamentos e exemplos dos mestres, cresceram desproporcionalmente o prejuízo da religião e a depravação dos costumes (GREGÓRIO XVI, 1947, p. 04-05)

Depois da participação de Gregório XVI, temos Pio X (1846-1878), marcado por uma postura ainda mais decisiva da Igreja Católica. A encíclica *Quanta Cura*, retomando,

Porque, em verdade, Nossos Antecessores, defensores e reivindicadores da sacrossanta religião católica, da verdade e da justiça, cheios de solicitude pelo bem das almas em modo extraordinário, nada cuidaram tanto como descobrir e condenar com suas Cartas e Constituições, cheias de sabedoria, todas as heresias e erros que, contrários a nossa fé divina, a doutrina da Igreja Católica, a honestidade dos costumes e a eterna salvação dos homens, levantaram com freqüência graves tormentas, e trouxeram lamentáveis ruínas, desta maneira, sobre a mesma sociedade civil (PIO IX, 2006, Decreto 1).

Virgínia Buarque (2011), em estudo sobre o diálogo entre a teologia católica com as modernas concepções de experiência e saber históricos, afirma que a Igreja Católica atuou de maneira diversificada e, por vezes, contraditória em relação à modernidade. Por meio de encíclicas emitidas por Gregório XVI (1831-1846) e Pio IX (1846-1878), procurava-se estabelecer convergências no alinhamento eclesiástico, aclarando sobre a postura da Igreja em relação às transformações aceleradas do século XIX, na maioria das vezes, vistas como erro e ameaças à religião. Segundo a autora,

Todavia, a recepção de tais discursos teológicos tornava-se cada vez mais desafiante para a Igreja, em um Ocidente que paulatinamente secularizava sua compreensão do real, outorgando à racionalidade, tida como inerente à natureza humana, e não à ação sobrenatural da Providência divina, o papel de agente promotor da dinâmica civilizatória. Em paralelo, a experiência histórica passava a ser apreendida sob um viés de contínua mudança ou, mais especificamente, de sucessivos aprimoramentos dos tempos passados até o presente, o que suscitava, por sua vez, inéditas expectativas de futuro, norteadas pelo otimismo progressista (KOSELLECK, 1997; DEJEAN, 2005). Formulava-se, portanto, uma cultura histórica, que minava a representatividade de um discurso religioso pautado em referenciais eminentemente transcendentais (GUIMARÃES, 2000) (BUARQUE, 2010, p. 63).

De maneira geral, nota-se, ainda segundo Buarque (2010), na produção teológica do Oitocentos, uma espécie de negação da modernidade e de “sua dimensão de transformação histórica”, como uma postura que a autora afirma ser de isolamento auto imposto pelo catolicismo. Porém, seu trabalho procura justamente indagar as ambiguidades e discordâncias entre as correntes de produções teológicas católicas em resposta ao processo de modernização. Buarque (2010, p. 36) cita o trabalho de Alberigo (1999), que escreve: “A partir da metade do século XIX, a teologia católica apresenta-se em dois pólos significativos, embora inspirados por orientações muito diferentes. Na Alemanha prevalecem uma atenção histórica e um método indutivo; em Roma domina uma atitude sistemática associada ao clássico método dedutivo”. A autora sugere duas hipóteses: a primeira delas é que parcela da produção teológica católica esforçou-se para não perder a relevância do discurso de fé na contemporaneidade, sendo receptiva à historicidade e ao método crítico de análise documental. A segunda hipótese afirma que essa releitura só poderia ser viável uma vez que a teologia católica, representada em sua maioria pela Escola Romana, mobilizasse um discurso de caráter apologético em um processo de dogmatização da fé.

A principal contribuição da autora à nossa discussão é a afirmação de que esse segundo processo deu à Igreja o caráter de reacionária às transformações modernas, atribuindo a ela o papel de intérprete abalizada do sagrado, o que teria sido um fator identitário importante para a relação do Estado com a cultura moderna. Essa postura seria responsável por garantir à Igreja um “trânsito mais autônomo entre distintas e até divergentes coalizões de força sociopolíticas e culturais da modernidade” (Ibid., p. 65). Enquanto a Escola de Tübingen proporia uma historicidade da fé, a Escola Romana apostaria na dogmatização da fé. Buarque (2010) nos mostra que, mesmo na Escola Romana, as dissonâncias eram presentes, com diferentes interpretações em seu interior:

De forma geral, a produção teológica da “Escola Romana” pode ser compreendida como uma leitura particular da escolástica oitocentista, que embora tenha passado por um arrefecimento no início do século, conquistara, a partir de meados do século

XIX, um novo incremento reflexivo, em virtude da convergência de fatores distintos, entre os quais o apreço do movimento romântico pelo passado medieval e sua crítica à absolutização da razão, bem como a própria dinamização do pensamento teológico cristão encetada no período (Ibid., p. 74).

A escola Romana, mesmo legitimando teologicamente a autoridade pontifícia, apresentava maiores condições de um diálogo afinado com as propostas do conhecimento histórico moderno. Porém, em 1879, a decisão da Igreja Católica, por meio de Leão XIII, foi de superar a crise religiosa por uma prática intelectual que priorizasse a dimensão da teologia como ciência da fé.

A saída da “historicização da fé” com sua maior dogmatização, por sua vez, apologética, articulava três enfoques: *demostratio catholica*, *demostratio cristiana*, *demostratio religiosa*, sendo a primeira contrária à Reforma, definindo as autoridades da fé (Escritura, as tradições e o magistério), a segunda na luta contra a religião natural e o Iluminismo, que admitia o caráter sobrenatural do Cristianismo, e a terceira, no combate ao ateísmo, defendia a transcendência e à legitimidade da religião.

Mas, paulatinamente, na conjuntura oitocentista, a apologética passou a adotar, cada vez mais, uma faceta magisterial, com a rarefação do gênero literário “testemunho” ou “profissão”, em favor do “ensinamento”. Tratava-se, portanto, de uma produção decididamente vinculada ao magistério, o que acabou por conferir contornos bem menos flexíveis ao pensamento teológico, em sua relação com o saber histórico (Ibid., p. 75).

Assim, “o discurso teológico-apologético discerniu na alegoria uma estratégia discursiva viabilizadora da difícil, delicada e geralmente tensional articulação da historicidade e da dogmatização da fé” (Ibid., p. 77). Ou seja, o caráter do discurso religioso estaria preocupado, diferentemente da ideia de testemunho, no caráter magisterial para o reforço da doutrina católica.

O Cônego Fernandes Pinheiro procurava, na maioria dos seus escritos, uma análise da situação histórica a partir de pontos específicos de compreensão de determinadas conjunturas. O autor, que muito escreveu no âmbito de um público especificamente católico, como padre ou como professor das disciplinas de religião para catecismo e outros escritos, procurava, na maioria dos seus trabalhos, analisar a situação nacional a partir das soluções e debates que estavam ocorrendo no interior da Igreja, em seu enfrentamento ambivalente com as forças da modernização.

Em 1850, ele publica no periódico “*A religião*” o artigo intitulado “*O Cristianismo e as Ciências*”, lido, em 1848, na Academia Filomática do Rio de Janeiro. Na ocasião, o autor

faz uma análise da relação entre as Ciências e o Cristianismo na busca de soluções para os problemas do Brasil e seu engrandecimento:

Todos nós, Senhores, vos lembrais que o ano passado quando no seio desta Academia suscitou-se a questão: se as ciências e as letras podiam concorrer para o futuro engrandecimento do Brasil, tivemos a honra de vos ler um pequeno discurso, em que sustentávamos que se elas não fossem baseadas na Religião os seus frutos seriam danosos ao país longe de lhe serem úteis, e por essa ocasião falamos mui ligeiramente, sobre as relações das ciências com o Cristianismo (PINHEIRO, 1850, p. 10).

No início do discurso, Fernandes Pinheiro defende o amadurecimento e engrandecimento das Ciências desde que fossem baseadas na religião, para que os frutos não fossem danosos ao país. Continua:

Sim, meus Srs., do estudo superficial das ciências emanou essa numerável multidão de objeções formadas contra a Religião de Cristo, porém, a medida que elas são melhor estudadas suas conclusões diametralmente se opõem ao que primeiramente pareciam. A Religião só tem um inimigo que é a ignorância. Homens mal intencionados não tendo a necessária coragem para penetrarem no santuário da natureza, mal observando as suas leis, apresentaram objeções contra as verdades reveladas. Se pudessem chegar a esse lugar onde reinam misteriosas sombras teriam prostrados reconhecido o seu erro. Como sabeis Srs., três são os pontos da História Sagrada que foram mais contestados, a criação e suas fases sucessivas, o dilúvio histórico, universal, e a dispersão dos povos, consequência de um acontecimento fortuito que modificou a linguagem até então uniforme nas famílias humanas. Vejamos **como a ciência moderna tem resolvido esses problemas de magna transcendência** (Ibid., p. 42).

Nesta passagem, chamamos atenção para três pontos, a saber: o conhecimento da História Sagrada, a contestação dos pontos específicos dessa história e a classificação do acontecimento, a dispersão dos povos, como fortuito. Cônego Fernandes Pinheiro faz uma leitura da história do Cristianismo, procurando conciliar suas verdades com a ciência, apesar dos mal-entendidos e confrontos iniciais.

Segundo Catroga (2009), é importante observar como os pensadores cristãos pensaram a história humana e em que medida as filosofias da história foram capazes de sistematizar, secularizar e racionalizar o discurso histórico, principalmente nos séculos XVIII e XIX, recuperando as “ideias originais que elas explicitaram a partir da bíblia, como: criação, queda, encarnação, progresso, juízo final, providência e liberdade” (CATROGA, 2009, p. 136).

Ou seja, se, no século XVII, a História Sagrada representava a história contada pela bíblia e, por sua vez, orientava a compreensão dos acontecimentos, no século XVIII, com o advento da razão, há núcleos de história eclesiástica, secular e sagrada. No século XIX, com a

filosofia da história, as histórias se realizam dentro de um processo histórico único, sendo possível problematizar a história religiosa por esse viés.

No decorrer da lição, o Cônego analisa a Geologia, afirmando que “pode com razão chamar-se ciência das antiguidades da natureza” (FERNANDES PINHEIRO, 1850, p. 4). Segundo ele, é uma das ciências que é capaz de comprovar a existência divina: “alguns sábios procuraram nela a confirmação dos fatos referidos no livro Gêneses, outros a sua fácil refutação, e outros finalmente estudaram-na no ponto de vista verdadeiramente científico” (Ibid., p. 4). Segundo Fernandes Pinheiro, “a grande questão que toca à Geologia resolver é primeiramente a criação e depois o dilúvio” (Ibid., p. 4). A criação pode ser estudada a partir dos fósseis e, para o Cônego, “se a Escritura Sagrada não marcasse um intervalo entre a criação e a organização, difícilimo seria conciliá-lo com as recentes descobertas” (Ibid., p. 5). Sobre o dilúvio, “a uniformidade dos efeitos produzidos pelo dilúvio [reconhecidos e certificados pela geografia] é uma prova da sua universalidade” (Ibid., p. 6).<sup>35</sup>

O autor a concebe o problema da dispersão dos povos “como consequência da mudança da primitiva linguagem, e a solução desse problema foi confiado à etnografia, ou estudo comparado das línguas” (Ibid., p. 6). Para ele, “a etnografia [...] como quase todas as ciências, mostrou-se no seu começo hostil à Religião revelada” (Ibid., p. 6). Após um exame crítico, onde o principal argumento reside em afirmar que todas as línguas são ramificações de uma só linguagem e que todos os indivíduos descendem de um só casal:

Pelas considerações que tivemos a honra de vos apresentar vereis, Srs., confirmado o que para vós já era certamente um axioma, isto é, que a religião cristã não teme a luz, que não tem interesse algum em comprimir o estudo das letras, e das ciências, nem receia que ele se propague, uma vez que seja acompanhado do conveniente respeito para com a sã moral, e pureza da fé; porque **mostra-nos a experiência, que os progressos científicos tendem sempre a aumentar o número das provas do cristianismo, e dar novo lustre às que já possuíamos** (FERNANDES PINHEIRO, 1850, p. 6).

Notamos que Fernandes Pinheiro, ao problematizar como as ciências resolveram a relação com a História Sagrada, não elenca o conhecimento religioso como maior que o conhecimento das ciências, ao contrário, afirma que uma depende da outra e que um conhecimento ajuda a aclarar o outro: o Cristianismo é necessário para a experiência moderna, assim como a experiência moderna é necessária para o Cristianismo. No contexto da

---

<sup>35</sup> Sobre as relações entre o discurso histórico e as novas temporalidades abertas por ciências como a geologia nas gerações do Romantismo brasileiro, ver: MOLLO, Helena. Olhar O Passado Onde Ele (Não) Está: Araujo Porto-Alegre E a História Do Brasil a Partir de Portugal. *História da Historiografia* (12): 213–27, 2013.

promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, publica um breve texto intitulado “*O Cristianismo e a Escravidão*”:

O primeiro passo do Cristianismo a respeito dos escravos foi dissipar as ideias, que opunha a sua emancipação universal. Não somente jazia oprimida e degradada, grande parte da humanidade; como estava geralmente admitida uma opinião errônea, que ainda mais buscava humilhá-la. A raça dos escravos era segundo essa opinião uma raça vil, que jamais podia alçar-se ao nível dos homens livres: era uma raça degradada pelo mesmo Júpiter, marcado com o estigma humilhante pela própria natureza, destinada eternamente a esse estado de abjeção e de vileza. Doutrina falsa e desmentida pela natureza, pela história e pela experiência, mas que não deixou de ter distintos defensores, e de florescer por largos séculos, até que o Cristianismo a veio lançar por terra proclamando os direitos do homem (FERNANDES PINHEIRO, 1850, p. 9).

Fernandes Pinheiro traz o Cristianismo ao discurso para justificar e questionar os caminhos da escravidão. Uma saída interessante para problematizar o interesse crescente do Cristianismo pelos problemas da sociedade pode ser elucidado pela seguinte afirmação, na análise de Virgínia Buarque (2011, p. 153-154): “a narrativa de Chateaubriand conferiu ao cristianismo o papel de criador de civilização [...] a civilização cristã não era apresentada sob o formato da exemplaridade e da repetição, e sim da mudança histórica”.

Segundo Buarque (2011), a saída apologética realizada pela Igreja Católica para responder aos problemas da modernidade teria encontrado seu máximo expoente no nome de Chateaubriand, no início dos oitocentos, e a partir do “Gênio do Cristianismo”, pelo qual a categoria “catolicismo civilizador” passaria a ter uma função importante: dotar a religião e a Igreja de uma função relevante “no aperfeiçoamento das leis”. Assim, experiências como a das “missões[...] teriam permitido a povos, até então tidos como ‘ignorantes’, ter acesso às mais altas formas da vida social” (BUARQUE, 2011, p. 153), ou seja, “a narrativa de Chateaubriand conferiu ao cristianismo o papel de criador de civilização” (Ibid., p. 153). Segundo Buarque (2011), essa seria uma atitude moderna de Chateaubriand, ressaltando, através dessa perspectiva, a mudança que o Cristianismo operou na vida social.

A nosso ver, Fernandes Pinheiro estaria inserido na mesma tradição de problematizar as questões pertinentes à história, ensino e religião através dessa chave de análise, a saber, a civilizacional. Só o Cristianismo e o conhecimento dos preceitos da religião poderiam garantir ao homem uma estabilidade de normas e regras para uma boa convivência com as transformações aceleradas dos tempos modernos:

Para que se alcance a obediência voluntária e duradoura, é mister que o que manda se oculte, desapareça o homem, e só se veja o representante de um poder superior, ou a personificação dos motivos, que manifestam ao súdito a justiça e a utilidade da

submissão. Não foram tais verdades desconhecidas ao Cristianismo, é por isso que se pregou a obediência, procurou radicá-la em títulos divinos: se conservou aos Senhores seus direitos, também lhes ensinou claramente a suas obrigações, e onde prevaleceram as doutrinas cristãs puderam dizer os escravos; é verdade, somos infelizes: os azares da vida nos reduziram à escravidão: mas enfim reconhece-se que todos somos irmãos, e que entre nós e os nossos senhores há uma reciprocidade de direitos e obrigações (FERNANDES PINHEIRO, 1850p,9).

Nesse sentido, buscando articular os próprios princípios religiosos, principalmente na abertura da religião aos problemas da modernidade, o trabalho e a própria atuação de Fernandes Pinheiro ganha corpo e consolida-se, ao passar dos anos, na tentativa de criação do que chamaremos, aqui, de “gosto” pelo nacional, como forma de adesão a esse projeto religioso-civilizacional.

## 2.2 Educar o gosto pela pátria

Deslumbrado por tão viva luz rompeu com o passado, repudiou as tradições clássicas e alistou-se nas fileiras do Romantismo. Publicou em 1836 na Niterói, revista brasileira, redigida em Paris por alguns mancebos entusiastas, e seu manifesto de guerra, e nesse mesmo ano deu a luz os seus Suspiros Poéticos e Saudades, que para a nossa geração teve a importância de um acontecimento (FERNANDES PINHEIRO, 1859c, p. 9).

A passagem demonstra uma tentativa complexa presente em Cônego Fernandes Pinheiro de ressaltar os nomes que deveriam compor a história pátria e que teriam influenciado de maneira decisiva o presente e, conseqüentemente, o futuro do que viria a se desenvolver em solo brasileiro. Gonçalves de Magalhães teria, para a geração de Fernandes Pinheiro, a importância de um acontecimento. O autor selecionou, no ano de 1856, e escreveu para *Revista Popular* aqueles nomes mais qualificados nos juízo da história para compor um “quadro” que desse as cores da história brasileira. Essa era uma forma que mais aprazia a juventude, inserindo-se na memória dos alunos, aliando vivacidade e controle factual e cronológico de certa totalidade da experiência nacional. Assim, além das cores, era necessário, também, ter a integridade da história e dos fatos:

Fecha este livro um quadro sinótico, a fim de burilar na memória dos alunos os acontecimentos, que acabam de estudar. Julgado pela experiência, é hoje este método seguido na maior parte das obras elementares (FERNANDES PINHEIRO, 1859d, p. 9).

Porém, compor esse corpo inteiro da nação entre passado e futuro seria uma tarefa complexa, visto que a sua maior tentativa seria a de instaurar uma civilização regida pelas leis



morais. Como discutimos anteriormente, o aspecto civilizacional da escrita da história apresenta-se como um discurso que deveria inserir a história brasileira no cenário internacional, uma maneira de formar a juventude na experiência de pertencer a uma civilização (DIAS, 2010), característica da manutenção da ordem existente em uma elite dirigente. Essa orientação seria a marca central da criação, por exemplo, do Colégio Pedro II, no ano de 1839, do qual Fernandes Pinheiro foi professor. Porém, nota-se, a partir de textos diversos publicados ao longo de sua vida, que essa busca somava-se a uma crença pessoal e parte de um projeto de instauração do *continuum* imperial (Cf. NARITA, 2013), uma necessidade que vem do próprio imperativo de afirmação do presente.

Fernandes Pinheiro problematiza, para a ação desses mecanismos, duas importantes noções ao longo de sua escrita: a concepção de memória, individual, e a moralidade, geral. Através da ação dessas duas concepções em conjunto, uma moralidade a respeito da nação poderia ser mobilizada. O conceito de gosto atuaria, assim, como uma circunscrição que nasceria como individual – aquilo que é apreendido pelo indivíduo – e teria, na concepção do belo, buscando na interferência no geral, a consolidação da utilidade. Como afirma Cônego Fernandes Pinheiro na abertura do seu livro “*Episódios da História Pátria*”, publicado em 1859 e utilizado nas escolas até o ano de 1940, “era preciso educar o gosto pela pátria” (FERNANDES PINHEIRO, 1866). Essa premissa torna-se, portanto, primordial para problematizar a atuação do autor. Um bom relacionamento com a juventude a fim de fomentar o gosto pela pátria, essas eram as palavras centrais de um dos pareceres sobre a vida do autor:

Há um nome – escreve Antonio Joaquim de Macedo Soares - que estamos acostumados a ler em frente de todas as empresas literárias do Rio de Janeiro; um nome por mais de um título credor da simpatia e do respeito de quantos amam o progresso desta terra de tanto futuro: um nome que recorda uma de nossas glórias literárias: o Cônego Dr. Fernandes Pinheiro. De todos os nossos literatos é talvez o único de que se possa dizer: eis o amigo da mocidade! Os outros cuidam de si, e incidentemente das letras; **ele, ao contrário, cuida de seus interesses por passatempo, a ocupação séria é a literatura, é a história pátria** (SOARES, 1860, p. 15).

Gadamer (1997), em “*Verdade e Método*”, analisa os conceitos fundamentais do humanismo e problematiza a natureza hermenêutica da apreensão dos fenômenos. Considerando a compreensão dos discursos, diz respeito a toda a experiência do homem no mundo em busca da experiência da verdade, que excede ao controle de uma metodologia científica. Nesse sentido, afirma que o conceito de gosto é muito mais moral do que estético, que acompanha os fenômenos do absolutismo na França, Espanha e Inglaterra. O filósofo alemão parte da análise de Baltazar Gracian ao considerar que o conceito de gosto é o início

para a formação ideal da sociedade. Assim, desenvolve a sua análise considerando que “o caráter decisivo do juízo de gosto implica sempre sua pretensão de validade” (GADAMER, 1997, p. 76) e, por essa segurança, no julgamento do conceito, como, por exemplo, nos fenômenos da moda. Porém, o conceito de gosto deve ser uma capacidade de discernimento espiritual, mesmo em sua pretensão de julgar o individual pelo todo, assim, ele não se restringe ao belo, à natureza ou à arte, mas abarca o campo dos costumes e da decência, sendo necessário extravasar o esquema conceitual kantiano.

O autor, a partir da crítica à compreensão da verdade da arte e da tese de que é possível acessar o conhecimento humano não apenas a partir do que diz respeito ao mundo do ser humano, mas a experiência da verdade que ultrapassa a metodologia científica, define o conceito de gosto. Para Gadamer (1997, p. 76),

O gosto não é somente o ideal que apresenta uma nova sociedade, mas em primeiro lugar vem a formar-se, sob o signo desse ideal do “bom gosto” aquilo que, desde então, se denomina boa sociedade. Ela se reconhece e se legitima não mais através do nascimento e do status, mas basicamente através da comunhão de seus julgamentos, ou melhor, sabendo elevar-se da parvoíce dos interesses e da privacidade das preferências para a exigência do julgamento

Na passagem supracitada, o autor articula outros três importantes conceitos guias do humanismo que se interligam na compreensão do conceito de gosto, são eles: formação, juízo e senso comum. Assim, a formação seria o primeiro conceito guia. Gadamer (1997) afirma que esse conceito desperta uma antiga tradição mística de que o homem traz em sua alma a imagem de Deus e tem que desenvolvê-la em si, assim, a “formação como elevação à universalidade é uma tarefa humana, a partir do sacrifício do que é particular em favor do universal. Já o senso comum, não é só a capacidade universal presente em todos os seres humanos mas é o senso que institui a comunidade. Assim, funciona como o sentido para justiça e para o bem comum. Funciona como um “embasamento moral mesmo metafísico” (GADAMER, 1997, p. 77). A partir da percepção desses dois conceitos, Gadamer (1997) afirma que o juízo não é uma faculdade, mas uma exigência a ser apresentada a todos. O trabalho desse autor, a partir de um diálogo intenso com Heidegger e Hegel, permite problematizar os conceitos fundamentais do humanismo da obra de Kant a partir de uma proposta que visa, de certa forma, romper com a universalidade subjetiva da estética kantiana, estabelecendo uma abertura por meio da percepção da ampliação desses conceitos com a própria transformação da sociedade nas passagens do século XVII e XVIII. Dessa maneira, torna-se, sobretudo, necessário uma ruptura com a estética transcendental kantiana e a forma

de compreensão da estética. Segundo Gadamer (1997, p. 78), “a intimidade com que nos afeta a obra de arte é, às vezes, de modo enigmático, estremeção e desmoronamento do habitual. Não é somente ‘esse és tu’ que se descobre em um horror alegre e terrível”. Também nos diz: “Tens de mudar tua vida!”. Assim, rompendo, em certa medida, com o conceito de belo Kantiano, Gadamer aposta na universalização da estética, sendo compreendida em relação ao conceito de gênio e a partir da verdade hermenêutica, que, no limite, afirmaria que a verdade da obra de arte e da percepção dos conceitos fundadores do humanismo, a apreensão estética diz muito menos ao respeito que existe uma verdade do conhecimento que está ligado ao ser em si e ao nosso próprio ser, que abre a perspectiva de uma moralidade em movimento.

Cônego Fernandes Pinheiro escrevia preocupado com uma maneira de transformar o mundo por meio da moralidade, como a saída para todas as intempéries, tanto na vida dos indivíduos, como na vida das nações. Essa intensa articulação entre particular e geral parece ganhar, no trabalho de Fernandes Pinheiro, a característica que compõe a noção de moralidade à qual se vincula e, por sua vez, acredita. Não se tratava, no entanto, de uma condição que demonstraria a intenção de aprender com o passado diretamente, como sugeriria o *topos* ciceroniano a respeito da história como "mestra da vida", mas, como afirma Araujo (2011), com a hipótese da permanência e conseqüente expansão do *topos* que sugerem ser fundamentais para o processo de constituição dos Estados Nacionais, as exigências da educação moral foram modificadas, “pois era necessário atingir um contingente muito maior de pessoas em um contexto de relatividade crescente de valores e, ao mesmo tempo, também de uma homogeneização inédita da experiência, em função da universalização de procedimentos” (ARAUJO, 2011, p. 140). Nesse sentido, em 1850, o cônego escreveu:

**O gosto apura-se com o manusear dos grandes modelos;** a reflexão corrige os erros e desenvolve o sentimento do belo. **O gênio em sua pasmosa irradiação pode compreender e exprimir o que há de mais elevado, independentemente do estudo e aplicação das regras;** os grandes mestres da antiguidade **acharam em si próprios as mais belas e sublimes inspirações.** Mais tarde porém conheceu-se que havia necessidade de preceitos para evitar erros que os maiores engenhos haviam cometido, fazendo outrossim caminhar o espírito humano a novas conquistas e poupando-lhe experiências e tentativas por outros já ensaiadas. Foi este o pensamento que determinou Platão a escrever os seus *Diálogos* e Aristóteles as suas *Retórica e Poética*, **genuínos códigos do bom gosto,** destinados a **um povo que achava a representação viva e animada do belo nos versos dos seus poetas e nos discursos dos seus oradores** (FERNANDES PINHEIRO, 1850a, p. XII).

O professor de poética e retórica estava bastante consciente das querelas entre românticos e clássicos, mas, em 1850, parece já ser possível atualizar a tradição retórica com

algumas demandas tipicamente modernas, como a ideia do indivíduo genial que cria suas próprias normas, **“independentemente do estudo e aplicação das regras”, mas também do elogio dos “preceitos”, afinal, poucos dentre o povo a ser educado poderiam sonhar com a genialidade, mas, ainda assim, precisam de formação.** Vemos ainda a expectativa, um tanto problemática no debate romântico desde Schiller, de que um povo poderia encontrar, nas obras literárias, “a representação viva e animada do belo”, sem maiores considerações sobre se esse feito antigo poderia ser reproduzido no âmbito de uma nação moderna.

Marcelo Rangel (2011) explica que, familiarizados com autores do Idealismo Alemão e, mais propriamente, com Schiller, os românticos acreditavam que se

(...) os ‘brasileiros’ não eram suficientemente independentes para realizar uma revolução moral através da autonomia da razão – esse um projeto propriamente kantiano – eles deveriam, então, agir orientados pelos sentidos, melhor dizendo, pela experiência proporcionada pela poesia (pela literatura em geral) (RANGEL, 2011, p. 34).

Essa busca apresenta uma forte relação com o passado clássico, elencado senão como o modelo a ser seguido, ao menos como experiência de unidade entre a moral e a estética que poderia ser reconstruído, amparados pela figura de um Estado Moderno consolidado e suas pretensões a se colocar como a atualização dessa unidade perdida. Dessa maneira, atuavam a partir de certa segurança oferecida pelo Estado e sua tentativa de edificar moralmente os homens do Império.

Assim, a efetivação do gosto pela nação nasceria marcada por uma articulação dos preceitos religiosos, retóricos, poéticos e que dizem respeito à concepção de literatura. Rangel (2011) conta que, em Magalhães, a literatura aparecia, então, como anunciadora de “grande parte” dos sentidos que seriam os “representante(s) mora(is) da civilização”, ou os sentidos próprios ao espírito do povo original que se concretizaram ao longo do tempo. Assim, Magalhães se propõe a escrever a história da “literatura no Brasil” e se dedica, especificamente, à poesia. Em sua história da “literatura do Brasil”, o poeta anota que o espírito do povo original estava, em verdade, em pleno “desenvolvimento” e que o Império era a consumação de um passado “sublime” e “heroico” (RANGEL, 2011).

Fernandes Pinheiro, que se aventurou pela poesia, desejava que, em alguma medida, a literatura rompesse com um passado clássico, mesmo que essa ruptura se apresentasse do ponto de vista de uma renovação vinda com a Revolução Francesa, já que

Os miseráveis triunfos da impiedade, proclamando como hipótese a Providência, a ordem e a imortalidade, não tinham deixado ao homem senão o orgulho de um falso saber, a convicção da incerteza geral, sem lhe permitir essa estabilidade, que nasce da harmonia da crença humana com a religiosa (FERNANDES PINHEIROS, 1850a, p. XII).

Uma vez alcançada certa estabilidade para o Império, ao menos do ponto de vista político, a tarefa seria, então, que a juventude pudesse aperfeiçoar e incorporar essas ações mais gerais da escrita da história. Nesse sentido, Fernandes Pinheiro discorre sobre a obra de Chateaubriand e Magalhães, por exemplo, por terem cumprido a missão a qual se dedicavam. Em 1852, afirma que Chateaubriand

Asseverava que o Cristianismo era mais favorável à poesia épica do que o politeísmo cumpria demonstrá-lo, importava andar diante daqueles, que negavam o movimento. *Justificar aos homens as vias humanas*, segundo a bela expressão de Milton, tornar visível a ação da Providência em um fato bastante universal, e bastante vasto para justificar a sua invenção especial, **tal é a missão do poeta épico depois que o Cristianismo substitui a humanidade à nacionalidade**, as leis gerais da espécie humana às tradições das raças.<sup>36</sup>

Fernandes Pinheiro parte do princípio de que a literatura é o fruto do gênio, assim, para encontrar o belo, é preciso que a crítica literária atue para fazer apurar o gosto, inserida em uma pretensão mais efetiva de se concretizar. Nesse sentido,

Convém o papel de crítico aos escritores são e delicados, que destituídos da qualidade inventiva limitam sua ambição a analisar os trabalhos alheios, apontando-lhes as belezas e defeitos: os magistrados da literatura que aplicam as leis com amplo conhecimento de causa. Bem que modesta, não é menos útil a sua missão; e Horacio, que com tanta proficiência a desempenhou, comparava-se à pedra d'afiar que dá corte ao ferro sem ter a virtude de cortar (FERNANDES PINHEIRO, 1885, p. 172).

De fato, um caráter que perpassa as obras de Fernandes Pinheiro e, mais especificamente, as biografias e pareceres sobre a vida dos “varões ilustres” é a atuação no sentido de tornar comum a ideia da história por meio da memorialização dos fatos nacionais e, ao mesmo tempo, através de chaves de compreensão e apresentação desses quadros do passado. Essa noção estaria relacionada ao papel da literatura e sua consequente historicização, que seria compreendida como o complexo das produções intelectuais de um

---

<sup>36</sup> “Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil”. In: OTTONI, José Eloy. *Job* (dedicado ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Manoel Joaquim da Silveira Bispo do Maranhão, precedido de um discurso sobre a poesia em geral e em particular no Brasil pelo cônego J. C. Fernandes Pinheiro; segundo de uma notícia sobre a vida e poesias do tradutor pelo senhor Teófilo Benedito Ottoni; terceiro de um prefácio extraído da versão da Bíblia por De Genoude). Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense F. Manoel Ferreira, 1852, p. V- XXXIX.

povo – desde que avancem no sentido da expressar a clareza da palavra, já que as ciências e a arte se manifestam por ela. Essa noção foi expressa no livro de 1873, “*Resumo de História Literária*”.

O juízo que formamos das nações é determinado pelas mesmas causas que regulam o nosso juízo acerca dos indivíduos: estamos naturalmente predispostos a reconhecer como mais espirituoso e civilizado o povo que com maior elegância e clareza se exprime (FERNANDES PINHEIRO, 1873, p. 9).

Nota-se que, ao passo que o conceito de história ou a necessidade de se conhecer o passado torna-se central na passagem do século XVIII para o XIX, a religião e a história passam a representar visões de mundo igualmente concorrentes no que diz respeito, principalmente, à necessidade de orientação aberta por esses dois conceitos e a sua potencialidade de crença.<sup>37</sup> Assim, catequizar era a ordem do tempo, como um advento moral e uma perspectiva de pertencimento ao nacional. Era preciso tocar o gosto dos leitores, ainda que essas duas noções apresentassem a pretensão mais geral de uma moralização. Esse caminho de acesso ao gosto seria o ideal a se chegar para pensar a nação, mas, no caso brasileiro, tratava-se de um árduo caminho que ainda precisava ser percorrido.

A crescente historicização da literatura, assim, estaria relacionada entre um posicionamento de aspectos pertencentes a belas letras e à própria ampliação do conceito de literatura e história, compreendidas não mais como conceito estáticos. A missão de um Estado era conseguir, em sua essência, instruir a sociedade, sendo esta umas das propostas centrais para a elevação da moralidade em um momento central de questões políticas em um tom mais exaltado, em 1850. Assim, a escrita de Fernandes Pinheiro se aproximaria mais de um projeto de José de Alencar do que de um Cayru, respectivamente projetos de moralidade. Em Alencar, a proposta passa pela inserção da nacionalidade no espaço público, visando arraigar nos costumes o nacional de forma lenta. Já em Cayru, é necessária para a correção rápida daquilo que desviasse da norma, ainda que a concepção das belas-letras orientasse a forma de historicização da realidade (MONTEIRO, 2004).

Todavia muito tem progredido entre nós o espírito religioso nestes últimos anos. Ainda há bem pouco tempo nenhum moço de habilitações, pertencente a algumas das principais famílias da nossa terra, se animaria a entrar para o estado eclesiástico

---

<sup>37</sup> FASOLT, Constantine. History and religion in the modern age. **History and Theory, Theme Issue**. 45 (December 2006), 10-26. The public performance of the Mass was an appropriate ritual for a society most of whose members were not capable of performing ritual readings in private. In the modern world most people are capable of reading. Hence readers and writers of history are better suited than priests and their flocks to the religious needs of modern people. Historians who turn to evidence in order to furnish knowledge about the human past and teach it to their readers therefore do more than improve our intellectual condition. They practice religion in the modern age.

como em seu último refúgio. E por que? Porque quando todas as classes da sociedade brasileira têm merecido mais, ou menos, atenção dos supremos poderes do Estado, a eclesiástica, aquela a quem o Brasil tudo deve, aquela que lhe ensinou os primeiros rudimentos das letras, e ciências, parece ter só retrogradado desde a nossa emancipação política. Onde estão as academias eclesiásticas? Quando os soldados são doutores, os Padres só serão de *Réquiem*?!.... Venham nos dizer que o Clero é ignorante!... Ignorante; porque não o querem instruir; porque apesar de fraco e humilhado, ainda dele se temem como de um aspecto pavoroso! (FERNANDES PINHEIRO, 1850b, p. 01-02).

Nesse sentido, imperativo seria a inserção da religião no caminho para as vias políticas de um país que procurava se estabelecer como um Estado centralizado. A leitura de Karl Lowith (1998) nos ajuda a pensar na moralização e a relação do discurso religioso com a realidade. Para o autor, em linhas gerais, as filosofias da história pensadas dentro de um conceito moderno de história são versões secularizadas da escatologia cristã, o que configura a modernização do discurso religioso. Assim, a existência mesma da filosofia da história e a busca de seu significado é devedora à história da salvação, ou seja, se originou de uma fé em um fim último. Na era cristã, a história política esteve, ademais, sob a influência e o predicamento deste fundo teológico. Segundo afirma Lowith (1998, p. 16), “em algum sentido, o destino das nações se relacionou com uma vocação divina ou pseudodivina”. O autor ainda argumenta que “não obstante, a razão fundamental de por que para nós o futuro permanece obscuro, não é tanto a limitação do nosso conhecimento teórico, senão a ausência daqueles pressupostos religiosos que faziam o futuro transparente para os antigos” (Ibid., p. 16).

No ano de 1850, ainda frente a um cenário de maior instabilidade, Fernandes Pinheiro afirma que a função de ordenação da igreja poderia colocar em ordem tudo que aqui que parecia ser contrário. O desdobramento dessas premissas seria alcançado ao longo dos anos a partir do momento em que a Igreja cumprisse o papel de uma ordenação moral. Afirma: “Assim, eleitos os varões que representariam os caminhos que a nação tomaria, podemos vislumbrar os nomes de Garret, Herculano, Souza Caldas e S. Mont’alverne” Ainda nesse sentido afirma, “Tudo caminha e se desenvolve; uma só coisa diminui que é a alma” [...] Proteste porém a juventude contra esse cataclisma [sic] moral, e a sociedade será salva.”. Em 1859, Fernandes Pinheiro dizia: “Saudemos o futuro na efusão do nosso patriotismo; pois que em toda a parte, em que a juventude se congrega, descobrem-se os sintomas da regeneração intelectual” (FERNANDES PINHEIRO, 1859, p. 375-376). Esse processo acompanha uma saída da Igreja Católica no sentido de modernização dos discursos religiosos e uma renovação dos horizontes morais de atuação (BELCHIOR, 2015).

Essa decisão poderia ser buscada via educação sentimental, um dos pressupostos característicos da escrita da história no Romantismo. No entanto, situamos o esforço de Fernandes Pinheiro em uma postura crítica em relação ao pessimismo e egoísmo da primeira geração do Romantismo, já que alguns pressupostos nela presentes parecem responder a problemas cada vez mais modernos. Essa modernização poderia ser concebida pelos próprios recursos do conceito moderno de história. Assim, o projeto civilizador do Romantismo em Magalhães, por exemplo, afirmava que, por um lado, estava a crítica e a esperança dedicada a civilização do Império Brasileiro, por via da literatura, e, por outro, o pessimismo e a desconfiança na possibilidade de ultrapassar o modelo egoísta de ser que orientava os homens e mulheres da boa sociedade. Como afirma Rangel (2011, p. 105), “os homens do seu tempo sofriam de uma falta de um horizonte moral determinado”. Em Fernandes Pinheiro, notamos a busca por um projeto de uma sociedade cristã, em um primeiro momento, porém, o amor à pátria seria intensificado com o passar do tempo, reforçando a necessidade de formação nacional. Assim, o conceito de gosto acompanharia o processo mais amplo de consolidação nacional, tendo sempre em vista um público que se determina e se orienta a partir de uma percepção específica do Estado.

Essa desesperança seria questionada por Fernandes Pinheiro, principalmente a partir da concepção de filosofia escrita por Mont’Alverne, o mestre, e Gonçalves de Magalhães, discípulo. Elementos como o tema da morte seriam superados em alguma medida. Assim, trata do “*Compêndio de Filosofia de Mont’Alverne*” e “*Fatos do Espírito Humano*”, de Magalhães, como importantes livros que exaltam a necessidade de moralizar. Sobre o de Mont’Alverne, discorre:

Confusa e por demais complicada pareceu-nos a sua classificação das faculdades da alma. Razão alguma pode justificar a separação da atenção, da reflexão, imaginação e memória da faculdade da inteligência a que indubitavelmente pertencem: e o padre mestre era muito ilustrado para desconhecer que em um compêndio torna-se de suma necessidade uma boa classificação (FERNANDES PINHEIRO, 1859c, p. 4).

O Cônego Fernandes Pinheiro está inserido em um esforço de ressignificação do presente que se liga a possibilidades de uma ação pedagógica, que, concomitante à atividade política, constituía a via do serviço ao Estado. Nota-se que, em sua narrativa, alguns critérios específicos são chamados para dar conta das dimensões que constituiriam a nação brasileira. Em contato com Almeida Garret<sup>38</sup> e continuador de um projeto de Ferdinand Denis<sup>39</sup>,

---

<sup>38</sup> Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos.

<sup>39</sup> Résumé de l’histoire littéraire du Portugal.



Fernandes Pinheiro procurava complexificar a experiência a partir de certo domínio do passado, inserindo-se em projetos que visavam o mesmo objetivo, em busca da *cor local* (CARDOSO, 2012). Essa superação necessitaria de uma nova orientação no que diz respeito ao clima histórico do período, no sentido de superação dos sentidos que orientavam o horizonte moral daqueles homens. Sobre essa questão e seu caráter progressivo, Antônio Cândido (1971, p. 353-354) afirmou:

Primeiro, o panorama geral, o “bosquejo”, para traçar rapidamente o passado literário; ao lado dele, a antologia dos poucos textos disponíveis, o “florilégio”, ou “parnasos”. Em seguida, a concentração em cada autor, antes referido rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em “galerias”, em “pantheons”; ao lado disso, um incremento de interesse pelos textos, que se desejam mais completos; são as edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica. Depois, a tentativa de elaborar a história, o livro documentário, construído sobre os elementos citados.

Já em 1869, ao falar a respeito da importância da retórica, dava um parecer sobre o livro de Manuel da Costa Honorato, intitulado *“Sinopses de eloquência e poética: acompanhadas de algumas noções de crítica literária extraída de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira”*, pontua:

Notamos que o autor na parte retórica corroborasse suas regras com exemplos clássicos latinos e portugueses, olvidando-se dos escritores nacionais, na poética porém pensamos poder-lhe fazer um ligeiro reparo, em sentido diametralmente oposto. Aqui, levado pelo ardente patriotismo que em alto grau o caracteriza, e de que já deu a mais irrefragável das provas, consultou mais vezes o coração do que a cabeça dando as suas citações latitude pouco convincente às obras didáticas (FERNANDES PINHEIRO, 1870, p. VII).

### **2.3 Instrução pública: a efetivação de uma atuação**

Segundo Fernandes Pinheiro (1862, p. 11), “quando em 1857 fomos nomeado professor de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à última parte de nosso curso”. Na ocasião, o autor reconhecia a necessidade de um curso que fosse útil à juventude e que apresentasse

experiência” (ARAÚJO, 2009, p. 139), e, nesse sentido, a própria concepção de história enquanto um processo e, por sua vez, formadora da identidade.

Nesse sentido, Cônego Fernandes Pinheiro, ao propor um curso que fosse elementar da literatura nacional, oferecia mais do que um compêndio, ou um resumo de tudo aquilo que fora digno de compor o quadro das grandes obras e grandes autores, aproximando-se mais de uma postura crítica, preocupada em sistematizar a literatura, que de uma concepção beletrística de literatura. Embora trace uma divisão epocal para a literatura que muito deve à concepção de Almeida Garret, onde o sentido de uma regeneração sempre viria para a literatura, Fernandes Pinheiro não segue essa mesma divisão na composição do seu curso. No *Curso Elementar*, em cada gênero, o autor elenca quais seriam os nomes e as obras que poderiam compor aquele quadro. Esse esforço nos mostra que “o problema acerca da melhor maneira de elaborar o conhecimento do passado relacionava-se às escolhas do historiador perante uma diversidade de métodos e teorias para a escrita da história” (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Se pudéssemos assim definir, o Cônego via na literatura uma forma de sistematizar aquilo que fora escrito e que seria digno de memória para posteridade e a historiografia, ou seja, elementos que poderiam colaborar para a formação do gosto nacional e pelo nacional. Por sua vez, aparece como um gênero através do qual se pode avaliar criticamente a literatura e, ainda, como a maneira pela qual o historiador pode avaliar aquilo que foi escrito. Portanto, trata-se de um campo próprio e autônomo do conhecimento e demonstra a importância de sistematização do campo específico da historiografia. Na divisão de seu trabalho, que é composto de 43 lições, três delas são dedicadas à historiografia. Assim, inicia a lição:

Ninguém desconhece a importância da história *magistra vitae, testis temporis*, na frase de Cícero. Com o fio de Ariadne conduz-nos ao labirinto do passado, e faz-nos assistir pela imaginação a fatos ocorridos em estranhos climas e remotas eras. Fê-la classificar nas belas letras o encanto que causa-nos a sua leitura; por isso que não poucas vezes a pena do historiador converte-se em pincel, e descrevendo, ou narrando, deslumbra-nos pelo brilhantismo colorido (FERNANDES PINHEIRO, 1862, p. 02).

Nesta passagem, Cônego Fernandes Pinheiro estabelece a história como o sentido que conduz ao “labirinto do passado”. Ao utilizar essa expressão, o autor ressalta o papel da imaginação para o resgate do passado, que ainda não se estabeleça claramente como algo organizado, pois o labirinto indica o passado como algo que não se mostra, algo obscuro. Nesse sentido, a história escrita como disciplina e crítica é o que faz com que você se mova dentro desse labirinto, sendo, dessa maneira, o fio de Ariadne que conduz-nos ao labirinto do

passado. Assim, conclui que esse encantamento com a leitura do passado fez com que, por muito tempo, a história fosse classificada nas belas letras. Ao utilizar a figura das belas letras, o autor nos fala de uma concepção importante. Prosseguindo a argumentação, Fernandes Pinheiro (1862, p. 02) estabelece duas distintas maneiras para a escrita da história, a saber, como “testemunha impassível dos acontecimentos registrando-os sem fazer-lhe o menor comentário” e “apreciando as causas de onde dimanam os sucessos, e procedendo à rigorosa autópsia das circunstâncias que mais ou menos atuaram sobre eles”. Ao primeiro modo, produz-se a crônica, “que rejeita a crítica e interrogando as tradições populares apressa-se em enfaixá-las num ramallete de maior ou menor fragrância” (Ibid., p. 02). A segunda, “submete todos os fatos à luz da crítica e nunca conta sem que moralize e raciocine” (Ibid., p. 02).

O ponto que nos interessa dessa exposição é a maneira pela qual o autor estabelece o papel do historiador, que, segundo afirma, assemelha-se à figura do juiz, que nunca perde “os olhos fitos na justiça” (Ibid., p. 03). A posteridade torna-se o público para o qual se destina o discurso histórico, ao mesmo tempo em que esses homens tinham um público cada vez mais amplo. Eram, assim, autorizados a falar do passado e, ao mesmo tempo, produzir um juízo crítico sobre o passado do qual se fala.

Essa característica marca sumariamente a escrita da história no século XIX. Além disso, nota-se “no interior do IHGB, para se definir aquilo que é ou deve ser um historiador” (CEZAR, 2003, p. 11). O autor prossegue sua argumentação e trata da dimensão e dos preceitos da escrita da história, que, em um primeiro momento, parece opor à crônica, que apenas registra, ao contrário de uma história filosófica, que raciocina e moraliza.

No decorrer da lição, Fernandes Pinheiro, segue a principal argumentação de que a crônica separa-se assim da história justo por estar preocupada com a descrição, mesmo que ainda exalte elementos importantes da cor local, como se nota em João de Barros. A moderna escrita da história não é aquela que se resume apenas a uma história patriótica, é preciso métodos específicos que delimitem sua produção. O autor acredita que só o segundo dos métodos, aquele baseado na filosofia, é capaz de inaugurar uma época histórica.

Os autores que utiliza para transpor a sua visão são Tácito, Tucídides e Tito Lívio. De um lado, Tácito e Tucídides, como referência de historiadores filosóficos, que se utilizam da lógica, e, de outro, Tito Lívio, como base para a crônica, que só descreve. Igualmente separa os historiadores que cita utilizando-se desse mesmo critério. João de Barros é o primeiro deles. Segundo Fernandes Pinheiro (1862, p. 3), “coube a João de Barros a glória de inaugurar a era histórica, impedindo-lhe o seu hiperbólico patriotismo e a exagerada admiração por Tito

Lívio de atingir a perfeição, que, do seu talento e meios que dispunha faziam-se esperar”. Assim, está inserido na transição entre a crônica e a história. Prossegue:

Com seu modelo [Tito Lívio] acolhia Barros as tradições com pouco discernimento; e uma vez que se fosse elas favoráveis aos seus bastava para dar-lhes carta de cidade [...] Tais são no nosso entender os principais defeitos de Barros como historiador: considerando-o porém como panegirista, ou encomiasta, convertem-se eles em belezas (Ibid., p. 9).

A volta ao passado realizada por Fernandes Pinheiro o permite criticar historicamente a obra de João de Barros e defini-la como iniciadora de uma era efetivamente histórica, pelos critérios já mencionados anteriormente. O próximo autor analisado pelo Cônego é Fernão Lopes de Castanheda. Segundo ele, “posto que não possuía a majestade do estilo de Barros, nem sua erudição, leva-lhe contudo a palma em ser quase que uma testemunha ocular do que narra pelo acurado estudo que faz dos homens e das coisas das Índias” (Ibid., p. 4). Entre a falta de “juízo crítico” de Barros e a “descrição excessiva” de Castanheda, instala-se o que possibilita a Fernandes Pinheiro uma separação na contribuição para as letras e uma perspectiva historiográfica.

Acreditamos que Fernandes Pinheiro estabelece, nessa lição, uma verdadeira macronarrativa da própria escrita da história em Portugal, estabelecendo os critérios necessários para inauguração de um era propriamente histórica, a saber: um método filosófico de escrita destinada a um público específico. Representa, por sua vez, a autoconsciência historiográfica do século XIX, que se preocupa em estabelecer os próprios caminhos da história. No seu caso, a desqualificação da crônica é um método para dar conta da história da historiografia. No entanto, cabe notar que esse estilo filosófico, embora necessário na modernidade, não é entendido como exclusivamente moderno, já que podia ser identificado elementos em autores clássicos.

Assim, nosso principal argumento reside em acreditar que a grande questão da teoria da história de Fernandes Pinheiro reside exatamente em tentar compreender como o historiador pode julgar historicamente o valor das coisas. Para isso, estabelecer critérios específicos através dos quais se deve escrever história significa firmar um próprio eixo de análise para julgar aqueles que se dedicaram a esse ofício.

A partir de uma análise detida das obras de Fernandes Pinheiro, publicadas entre 1850 e 1876 em livros e periódicos de circulação na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, dentre eles, *O Guanabara (1849-1855)* e *Revista Popular*, podemos argumentar que, para o autor, a literatura torna-se o principal ponto de preocupação. Porém, fazer uma história

da literatura no século XIX significa procurar os critérios de escrita da própria história nacional através da literatura.

O conceito de Instrução pública torna-se bastante importante para problematizar a atuação de Fernandes Pinheiro, principalmente a partir dessa ideia, os conceitos de gosto e a pretensa moralização se reúnem nesse objetivo maior. Está claro que a própria instrução não seria uma bandeira levantada pelo Estado Imperial no sentido da universalização. A primeira afirmativa parte no sentido daquilo que Bruno Medeiros (2012) asseverou sobre o trabalho de Beauchamp, no sentido de que a instrução concretizava um dos principais objetivos da história através do uso da biografia. Nessa escrita, o sentido de justiça e virtude seriam convocados para a história. Não restava dúvida que, em Fernandes Pinheiro, Deus seria o representante maior dessa virtude, mas aos homens caberia um aperfeiçoamento dessas características (MEDEIROS, 2012). Em 1865, Cônego Fernandes Pinheiro afirma, ao prefaciar a obra de Antônio Ferreira (1865, p. 4), em uma das séries em que buscava analisar os feitos dos grandes homens:

Sensível e lamentável é o pouco estudo que da língua portuguesa hoje se faz, contentando-se a mor parte das pessoas com as rudimentais noções que nas aulas primárias recebemos. Ao passo que com tanto esmero busca a juventude adquirir conhecimento do grego, do latim e dos modernos idiomas da culta Europa, menospreza o pátrio, e descuida-se de informar-se da índole e qualidades características desse mesmo idioma. Sobeja-nos talento e aptidão para as ciências, letras e artes; infelizmente **porém falta-nos gosto para as coisas pátrias, carecendo entre nós a instrução pública do cunho verdadeiramente nacional.** Pelos livros estrangeiros aprendemos, por eles alimentamos o sagrado fogo da inteligência, e nas bibliotecas do sábio e do literato raras obras em vulgar se encontram.

Ao afirmar a carência da instrução pública, o autor aponta para uma tendência que marcou o século XIX: a capacidade de avaliar a realidade, agora com ferramentas que pudessem ser capazes de transformá-la efetivamente (MATTOS, 1990). As demandas criadas apontam a necessidade de ampliação do ensino, espaços e locais destinados ao estudo da história, teatros, e toda a cultura histórica se apresentaria, então, de maneira ampliada. Principalmente, a escrita de Fernandes Pinheiro parecia solidificar-se em uma medida de intervenção para uma moralidade ampla fundada em uma educação nacional na qual a língua pátria deveria ter sua centralidade, ainda que não exclusiva.

A Instrução Pública atua como um importante conceito para Fernandes Pinheiro, já que era o que “cumpria - ou deveria cumprir - um papel fundamental, que permitia - ou deveria permitir - que o Império se colocasse ao lado das ‘Nações Civilizadas’” (Id., 2005, p. 21). Esse amplo processo de relacionamento entre instrução, como representante dos bons

costumes da boa sociedade e a liberdade de atuação da Igreja, fazia parte do Estado imperial em busca da unidade, pois a associação entre Império do Brasil e Nação brasileira era propiciada pela construção do Estado imperial. E esta construção, por sua vez, impunha a própria constituição da Nação, o que marcaria uma expansão para dentro do Estado, em busca da unidade. Nesse sentido, e articulado com o liberalismo conservador de Guizot (1998) e Victor Cousin (1999), Fernandes Pinheiro propunha a instrução moral e religiosa para que fosse útil à sociedade. A boa sociedade cristã era aquela baseada nos bons costumes e no bom convívio entre religião e política.

A dignidade emanada àqueles que conformariam o novo império se daria por meio da educação nacional. O primeiro Romantismo nasce com a característica forte de formar e ativar das maneiras mais diversas o gosto pela nação. Manoel Salgado, em diversas de suas obras, mas mais especificamente no trabalho intitulado “*Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil Oitocentista*”, partindo do princípio de que o século XIX é marcado pelo conceito moderno de história, nos atenta para importância de refazermos o percurso da institucionalização de nossa disciplina. Nesse trabalho de refazer o percurso, cabe, então, considerar a nossa disciplina “como eminentemente histórica, e portanto sujeita às transformações próprias das criações humanas” (SALGADO, 2006, p. 70), o que significa dizer que a história em sua forma disciplinar é apenas uma das inúmeras formas de elaboração desse devir, como parte mais ampla do que o autor chamou de “cultura histórica”. A sua tese reside em argumentar que, no caso brasileiro, tratavam-se de disputas em torno de uma escrita da história nacional, esforço em que se notam distintas percepções acerca da história.

Uma das obras centrais pela qual Joaquim Fernandes Pinheiro ficou conhecido foi o “*Curso Elementar de Literatura Nacional*”, publicado originalmente no ano de 1862. O Curso foi editado pelo seu sobrinho e uma nova publicação chegaria ao público no ano de 1876, com o nome de “*Curso de Literatura Nacional*”. O nome “elementar” foi retirado do título do livro frente à constatação de que o vocábulo poderia indicar um projeto que, em si, não teria a pretensão de tornar-se universal. Em 1873, o próprio Fernandes Pinheiro publicara um livro chamado “*Retrospecto Literário*”, cujo projeto pretendia-se mais ambicioso se comparado ao último. Um dos pontos centrais para problematização da obra de Fernandes Pinheiro seria a constatação de seu nome como autor de um projeto esquecido pelo Império. Segundo os autores que dedicaram-se ao estudo de sua obra, Fernandes Pinheiro não possuía nenhum pioneirismo quanto aos projetos em que se empenhava. No ano de 1939, o IHGB lançou uma edição especial que visava “resgatar” o nome de Fernandes Pinheiro, ressaltando a importância do autor para o projeto ao qual se dedicou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os traços mais gerais da escrita da história no século XIX poderiam ser compreendidos na tentativa de reconstrução da sociedade. Era necessário, então, que, a partir do domínio do passado e do discurso do passado, a sociedade fosse pensada e concebida como forma de pertencimento ao nacional. Conforme explicado na primeira parte do trabalho, na escrita da história desenvolvida por Fernandes Pinheiro, pode ser concebido um projeto que envolvia diferentes instâncias do Império, de modo a problematizar a nação e, por conseguinte, a sociedade que deveria se formar no período.

Um dos aspectos centrais da escrita da história no século XIX seria a capacidade de que esse discurso se figurasse como um saber, visto o papel importante que a pedagogia exercia naquele momento. Era, portanto, um desafio central para o período tornar conhecido o passado nacional para aqueles que começariam a aprender sobre a nação. Segundo Manoel Salgado Guimarães (2006), é preciso ressaltar, no entanto, que a história em sua forma disciplinar é apenas uma das inúmeras formas de elaboração desse devir, como parte mais ampla do que o autor chamou de “cultura histórica”. Contudo, cabe ressaltar que a elaboração do conteúdo e a forma de ensinar a respeito da nação teriam vários desdobramentos no período em questão.

Para Souza (1999), um dos pontos centrais que marcariam a constituição do Império Brasileiro seria a constituição de um Império da eloquência. O autor, ao analisar a permanência da disciplina de retórica no Colégio Imperial Pedro II, constata que, ao longo do anos, ela sofreu diversas mudanças no programa aplicado. Analisando essa proposta a partir da abertura da história no período, como é tratado na tese central de Reinhart Koselleck, a modernização da história traz consigo uma abertura em um amplo escopo. Um dos processos problematizados por ele no processo de disponibilidade da história é o de narrativização. Nesse sentido, como afirma Santos (2014, p. 30), “o século XIX (...) escolheu contar história e não há como construir narrativas e evitar por completos juízos morais”. Assim, a narratividade, analisada como um fenômeno da aprendizagem e aberta pelo amplo processo da história, se dirige, sobretudo, em direção ao receptor, pois é nele que irá realizar o fenômeno estético da arte em geral.

A grande tarefa presente no oitocentos brasileiro encontrava-se, dessa maneira, obstinada a compreender a origem do Brasil de maneira a conectar o passado ao presente e ao futuro, construindo uma narrativa de adesão, de pertencimento, com a criação de mecanismos específicos para tal fito, como o IHGB, o colégio Pedro II e a própria imprensa (Cf. FARIA

FILHO, 2010), e, além disso, a partir de uma tomada de posição (Cf. TURIN, 2009) que envolvia o autor daquela narrativa. Tal abertura favoreceria a adesão à ideia de nação<sup>40</sup> - não a partir do ponto de vista teleológico, acreditando que, assim, conheceríamos a essência dos brasileiros, mas pelo próprio desejo por nação como forma de estar no mundo e um cenário de legitimação nacional, onde era preciso conhecer a história pátria para tornar-se cidadão.

Dessa maneira, a partir de 1822, nota-se que o Estado Nacional consolidado demanda da história sua própria legitimação, interna e externamente<sup>41</sup>. Dentre esses eixos, estaria evidenciada a necessidade de uma emancipação política, que se daria através de uma separação de Portugal, mas não necessariamente uma separação sentimental em relação aos lusitanos, isso porque a pretensa identidade brasileira poderia se dar, principalmente, a partir de argumentos retóricos que demonstrassem o sentido de **oposição** em relação a tudo que representaria Portugal. Fernandes Pinheiro escreve, em 1874, na revista do IHGB, um artigo em que afirma: “que contraste ofereceu ao Rio de Janeiro nessas duas memoráveis épocas: ‘No dia 8 de março de 1808 exaltava de júbilo nosso bom povo pela felicíssima chegada da família real, e um ridente futuro desdobrava-se no campo de suas esperanças ao passo que no dia 26 de abril de 1821 pesadas nuvens de melancolia pareciam assombrar o firmamento da pátria, e em todos os rostos viam-se debuchados a inquietação e o temor’”.

Cônego Fernandes Pinheiro empenhava-se em posicionar-se à respeito das obras divulgadas e dedicadas ao ensino, bem como outros gêneros. Na ocasião do lançamento do livro de Joaquim Manoel de Macedo, “*Lições de História do Brasil para o uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*”, em 1861, discorreu que “quer como romancista, ou como dramaturgo, poucos lhe poderão disputar a primazia: restava porém vê-lo revestido da grave toga de historiador, e como magistrado da verdade, distribuir aos vultos do passado o louvor ou o vitupério. Satisfeito se acha a curiosidade dos que, como nós, desejavam admirá-lo sob esse novo aspecto (FERNANDES PINHEIRO, 1861, p. 365).

Nesse sentido, os letrados brasileiros, imbuídos da tarefa de consolidar o panteão nacional, estavam cientes da maneira pela qual esse passado deveria ser problematizado, a fim de produzir um efeito específico em determinado momento. Configurava-se, portanto, um uso

---

<sup>40</sup> A ideia de nação é concebida como um esforço moderno de trabalhar um conceito genealógico, cuja própria crítica advém do século XIX. Cf. Palti (2006).

<sup>41</sup> Essa noção pode ser melhor compreendida a partir da análise de Valdeci Araujo (2015) acerca dos regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil, especialmente das seguintes afirmações: “A análise concentra-se no crescente desejo por história dessa sociedade, e de como esse desejo complexificou e colocou novas exigências ao historiador e sua escrita”, e “De um lado, um modo compilatório, que atende à demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais profundamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não-especializado. De outro, um modelo disciplinar que precisou abrir e legitimar sua relação privilegiada com o Estado e suas instituições”.



determinado do passado baseado nas variadas formas de aplicação. Na escrita da história de Fernandes Pinheiro, por exemplo, nota-se que a configuração do passado nacional enquanto uma retórica visava fomentar o gosto pela nação e parecia solidificar-se a partir de um uso controlado desse passado, no intuito de consolidar a nação, ao mesmo tempo em que, a partir de métodos específicos, pretendia fundamentar a sua figura intelectual.

Escrevendo para o *Guanabara* entre os anos de 1849 e 1852 e, posteriormente, para a *Revista Popular* desde meados 1859, Cônego Fernandes Pinheiro publicou diversos artigos para os periódicos, entre os anos de 1849 e 1875. As publicações nas revistas escritas por ele demonstravam a sua atuação pública, preocupado em estabelecer, junto à população do Império, a adesão necessária a um projeto mais central da efetivação nacional. A história e, mais propriamente, a compreensão dos fenômenos da historicidade, mais do que o Estado, ou antes, a serviço do Estado, poderia compor a base de organização de um pretense público consumidor da história, ao mesmo tempo que efetivar um projeto que teria suas formas estabelecidas em locais centrais de escrita da história. A intensa incorporação de sua figura pessoal acompanha uma efetiva necessidade de afirmação nos diversos locais aos quais foi sócio.

Notamos que o autor, formado na tradição romântica, estava inserido, inicialmente, em uma atuação que buscou problematizar os princípios da nação sobre forte influência do conceito de civilização. Sua escrita foi divulgada em vários dos principais espaços de circulação e debate do conhecimento histórico, conformando experiências da história que fossem capazes de falar sobre um período específico, o de consolidação do Estado Nacional. Nota-se, no entanto, que a solidificação do panteão nacional de forma mais organizada na escrita da história realizada por Fernandes Pinheiro consegue autonomizar-se no âmbito de uma disciplina que também se afirma enquanto tal, sendo possível analisar, a partir de ambos os processos, o de escrita e o de disciplinarização, a necessidade de fortalecimento da autoria. Para o contexto brasileiro, nota-se que a escrita da história inseria-se efetivamente na busca de tornar o passado acessível pela história, pela pesquisa e pela sociedade, e a nação emerge como uma maneira de existir a partir de um pacto fundado em uma nova constituição. Principalmente porque, para o caso brasileiro, vários trabalhos demonstram que a ampliação da proposta de uma história nacional estaria relacionada a uma abertura com pretensões imperiais diversas. Dentre elas, aponta-se uma necessidade de que essas buscas representassem uma normatização, já que era preciso uma língua, um Estado e um passado em comum. Assim, grandes esforços foram efetuados nesse sentido, sobretudo, sob a forte crença de que era preciso evitar a instabilidade social e semântica características das duas

décadas anteriores. Essa realidade de transposição entre Estado Português e o Brasileiro precisava ser organizada com a colaboração como herdeiros capazes de aderir a essa ideia. Não só herdeiros do Estado, mas herdeiros desse passado.

Trata-se, antes, de problematizar um conceito de nação que emerge e solidifica-se nos moldes de um Estado consolidado politicamente, o qual precisa atingir a sociedade na sua forma mais exponencial. Nesse sentido, as obras de Cônego Fernandes Pinheiro atuavam como o principal intuito possibilitar aprender a respeito da nação e falar sobre ela, de maneira a formar os gostos pátrios na juventude, a partir de princípios como: imparcialidade e critério, cronologia e origem.

Nessa perspectiva, a dedicação à escrita de uma história literária, buscando determinar os limites e desafios de uma pedagogia da nação, corroborava a composição mais organizada do Panteão Nacional. Era, portanto, no interior de um tempo presente que se tornava efetivamente mais sólido, onde a argumentação nacional consegue organizar as incertezas de outrora. Era necessário educar a pátria e formá-la nos progressos da civilização.<sup>42</sup> Assim, procuramos compreender como a tentativa de regeneração moral e política do país se dá através do domínio do conceito de história, além da esfera religiosa.

Formado em um período de intensas transformações no Império Brasileiro, Fernandes Pinheiro posicionava-se ativamente na busca de um território que representasse a continuidade com um projeto maior europeu, em terras lusas, e, ao mesmo tempo, adquirisse a sua notoriedade enquanto nação. À luz dos acontecimentos mais intensos ao longo do século XIX, era através da **regeneração política** que a nação deveria alcançar o princípio de originalidade e autonomia. Através da crença da regeneração política, que se daria através do maior balizamento das relações políticas, o país conseguiria se autonomizar, tanto no campo estético, quanto no campo político. Porém, o estágio de autonomia só seria alcançado se os cidadãos gozassem do necessário gosto pela pátria. Essa noção está presente na maioria dos escritos e começa a ser aperfeiçoar a partir de 1865, pelo menos.

Nota-se que essa formação só consegue atualizar-se a partir de uma compreensão delimitada no tempo: uma vez problematizada a difícil trajetória que comporia essa história, passaria pela compreensão dos fenômenos que a compusera de maneira que o futuro pudesse se mostrar o mais aberto possível – a partir de exemplos do passado, sem contudo, que isso representasse uma repetição –, depositário de todas as esperanças e revezes da história, rumo a um caminho em que a história gradualmente adquire novas funções, dentre elas: a formação

---

<sup>42</sup> Na vida das nações, como na dos indivíduos, existem horas tremendas, em que se decide da sua felicidade, ou infortúnio. CFP. Vinda a corte.

de uma cidadania para um novo tipo de público. Nesse sentido, se, em 1808, a grande pergunta concentrava-se em responder o que é ser um português, algo que é marca de uma crise identitária desde o século XVII, a partir da modernidade, inaugurada pela vinda da Família Real para o Brasil, a identidade passa a ser um projeto: algo que pretende se realizar no futuro. Os aspectos mais centrais do que conformaria o **ser social** vão se projetando a partir do momento em que é possível falar do passado. Assim, a busca na história colonial portuguesa de uma ideia do que seria essa identidade é uma das características centrais para ser criar um passado historicamente consolidado. Além disso, alguns elementos como o religioso aparecem na tentativa de consolidar a percepção do passado. A partir da possibilidade via religião de moralizar um corpo social, era possível que a civilização brasileira se emaranhasse nas veredas do progresso, uma vez que o domínio religioso suavizaria as intempéries dos homens.

Assim, Fernandes Pinheiro escrevia ora flertando com a argumentação mais racionalista dos filósofos da luzes, com Kant, Schiller Voltaire, ora apropriando o ecletismo cousiniano para análise dos fatos efetivamente nacionais. Em seu esforço de construir uma narrativa articulada à respeito da formação nacional, destaca-se a tentativa de dialogar com os autores de seu tempo e de outras épocas, a fim de afirmar uma sentença pormenorizada do que deve ser a escrita da história. A sua escrita encontra, nos preceitos de um passado e um presente articulados e nos critérios mais específicos da verdade, sua **utilidade** para o futuro.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la nación**: Iberoamérica Siglo XIX, México, Fondo de Cultura Económica, 2003.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, Crítica E Verdade Em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, 1(1), 1988.

\_\_\_\_\_. **A Experiência do Tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). **Saeculum- Revista de História** [20], João Pessoa, jan/jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Sobre a permanência da expressão *história magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

BANDEIRA, L. A. M. **O expansionismo brasileiro**: o papel do Brasil na bacia do Prata - da colonização ao Império. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial**. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BELCHIOR, Luna Halabi. Problematizando a nação: Cônego Fernandes Pinheiro e Moral da História. **Revista UNIABEU**, v. 8, p. 28-43, 2015.

BENTIVOGLIO, Julio. **Voltaire e a escrita da história**. Goias: Revista Emblemas. 2007.

BEVERNAGE, Berber. **History and Theory**. v.47, Maio, 2008, p.149-167.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. (Org.). **Revisão do Pensamento Conservador**: ideias e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. A concepção de história na teologia católica do Oitocentos. **Estudos de Religião**, v. 24, n. 39, 61-79, jul./dez. 2010.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro. Uma história moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XIX. **História da Historiografia**, Ouro Preto, nº6, março 2011, p.153.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Martins, v. 2, 1971, p. 353-354.

CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso de retórica pictórica na historiografia nacional**. 2012. 187f. Dissertação (mestrado). PPGHIS/UFOP, Mariana, 2012.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco. **MÉTIS: história & cultura**, v.2, n.3, p.73-94, jan/jun, 2003.

\_\_\_\_\_. **Anciens, modernes, sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle**. Le cas de l'origine des Tupis. *Anabases*, 8, 2008.

\_\_\_\_\_. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e modernos. In: **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil - 1823-1866**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj, 2008.

DIAS, Carlos Eduardo. **Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na corte imperial**. 2010. 185f. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro, PUC/RIO, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. EDUEM, 2010.

FERRETTI, Danilo J. Z. "Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil". In: *Almanack*. São Paulo, v.2, 2011. p. 66-86

FERNANDES PINHEIRO, J. C. Ao leitor. In: FERNANDES PINHEIRO, J. C. **Carmes religiosos: dedicados ao ex.mo. e rev.mo D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro, conde de Irajá, do Conselho de S. M. o Imperador, seu Capelão-Mor, etc., etc.,etc.** Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, 1850a.

\_\_\_\_\_. O Cristianismo e a Ciência. **A Religião**. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 18, vol II, sexta-feira 15 de fevereiro de 1850b.

\_\_\_\_\_. O Brasil e o Anuário dos Dois Mundos. **Guanabara**. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensense de L. A. de Menezes, n. 1, 1855a, t. III, p. 8-10.

\_\_\_\_\_. "Uma resposta". **Guanabara**. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensense de L. A. de Menezes, n. 4,1855b, t. III.

\_\_\_\_\_. Retrospecto literário. **Guanabara**. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensense de L. A. de Menezes, n. 12, 1855c, t. II, p. 429-431.

\_\_\_\_\_. Apontamentos biographicos sobre o visconde de S. Leopoldo. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. 19, 1856a.

\_\_\_\_\_. Boletim bibliográfico: Promenade Em Amerique – Estats-Unis – Cuba, Mexique – par Ampère e Histoire De La Russie - par A. de Lamartine”. **Guanabara**. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. de Menezes, n. 11, 1856b, t. III, p. 277-280.

\_\_\_\_\_. Boletim bibliográfico: Resumo da História do Brasil por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. **Guanabara**. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. de Menezes, n. 13, 1856c, t. III.

\_\_\_\_\_. **Revista Trimestal do IHGB. Rio de Janeiro**, Imprensa Nacional, t.21, 1858.

\_\_\_\_\_. A viagem imperial. **Revista Popular**. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1859a, p.231-237.

\_\_\_\_\_. A imprensa no Brasil. **Revista Popular**. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. IV, out./dez. 1859b, p. 217-224.

\_\_\_\_\_. Rápido estudo sobre a poesia brasileira. **Revista Popular**. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859c, p. 28-32.

\_\_\_\_\_. Boletim bibliográfico: Compêndio da História da Idade Média pelo Sr. J. B. Calogeras. **Revista Popular**. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859d, p. 175-182.

\_\_\_\_\_. Resenha Filosófica. **Revista Popular**. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, tomo IV, out./dez. 1859e, p.5-13.

\_\_\_\_\_. Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Joaquim Manuel de Macedo. **Revista Popular**. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./mar. 1861, p. 362-365.

\_\_\_\_\_. Bosquejo biográfico do Exm. e Revm. Sr. Bispo Conde de Irajá (pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro: membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Conservatório Dramático, das Sociedades Auxiliadora da Indústria Nacional e Amante da Instrução do Rio de Janeiro; Sócio Correspondente da Real Academia de Geografia e Arqueologia da Madri, etc., etc.) Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1863, p. I-II.

\_\_\_\_\_. Os últimos vice-reis do Brasil. **Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographic do Brasil**, Rio de Janeiro, 1865a.

\_\_\_\_\_. Os últimos vice-reis do Brasil. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1865b.

\_\_\_\_\_. **Episódios da história pátria**: contadas à infância pelo cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. (4 ed. melhorada) Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866, p. 7-10.

\_\_\_\_\_. **Catecismo constitucional**: por Demophilo. Rio de Janeiro, 1873a.

\_\_\_\_\_. **Resumo de história literária** (excertos). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873b.

\_\_\_\_\_. Prefácio à 1ª. Edição. In: **Estudos históricos: acrescidos de estudos avulsos e Brasileiros Célebres**. 2ª. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/INL, 1980.

FERREIRA, Antonio. **Obras Completas** (anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obras do poeta pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro: professor do Imperial Colégio de Pedro II, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade Geográfica e Estatística de Nova York, etc.). Rio de Janeiro: Garnier/ Paris: Typographia de Ad. Lainé e J. Havard, 4 ed., t. 1, 1865.

GADAMER, Hans. Verdade e Método. **Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bonfim (1868-1932) e a escrita da história do Brasil. Texto condensado que integra outro artigo de mesma autoria. Manoel Bomfim, 'pensador da história' da Primeira República". **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n. 45, 2003, p. 129-154.

GUANABARA. Revista Mensal Artística, Científica e Literária. Tomo I, nº1, 1849.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "A Revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857)". In: WEHLING, Arno. **As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, pp. 21-41.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1(1): 05-27, 1988.

\_\_\_\_\_. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 147-170, Junho, 2005.

\_\_\_\_\_. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In \_\_\_\_\_. (Org.) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007a.

\_\_\_\_\_. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do museu paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, 30, Dec. 2007b.

GUIZOT, François. **Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France**. (Introdução de Claude Leffort). Paris: Belin, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtlich Gundbegriffe. História dos conceitos: debates e perspectiva**. Rio de Janeiro: Puc-Rio/Loyola/IUPERJ, 2006b.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAMARTINE, A. **Nouvelles méditations poétiques**. Paris: Hachette, 1880.

LIMA, Luiz Costa. **Lira e antilira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LOPES, Hélio. **A divisão de águas: uma contribuição ao estudo das revistas românticas 120 Minerva Brasiliense (1843-1846) e Guanabara (1849-1856)**. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978.

LORENZ, C.; BERGER, S.; MELMAN Melman, B. (eds.). **Popularizing national pasts: 1800 to the present**. New York: Routledge, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o Regresso é Progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851) In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e Política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 25-53.

MAGNOLI, D. **O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack brasiliense**, nº1, 2005.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições: a história como disciplina escolar**. Access, 2000.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MOLLO, Helena. Olhar O Passado Onde Ele (Não) Está: Araujo Porto-Alegre E a História Do Brasil a Partir de Portugal. **História da Historiografia**, (12): 213–27, 2013.

MONTEIRO, Pedro Meira. **Um moralista nos trópicos – o Visconde de Cairu e o Duque de La Rochefoucauld**. Fapesp, 2004.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império**. 2011. 302f. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

MOREL, Marcos. As transformações dos espaços públicos. **Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. (1820-1840)**. São Paulo Hucitec, 2005.

MUDROVICIC, Maria Ines. ROBOTNIKOF, Nora (org). **En busca del pasado perdido. Temporalidade, historia y memória**. México: Siglo XXI Editores, UNAM, 2013.

NARITA, Felipe Zioti. Educação e tranquilidade pública no Império. **Ensaio de História**, Franca, v.13, n. 1/2, p. 107-116, 2008.



\_\_\_\_\_. Religião e construção política do Brasil imperial. In: **Anais do XX Encontro Regional de História da ANPUH-SP**. Franca: FCHS-Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. História, Estado e nação: alguns percursos do catolicismo liberal no Segundo Reinado. In: **Anais do VI Congresso Internacional de História**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.

\_\_\_\_\_. **O século e o Império: tempo, história e religião no Segundo Reinado**. Curitiba: Prismas, Appris, 2014.

NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer História, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 37-52, 2010.

\_\_\_\_\_. O nobre sacerdócio da verdade: Reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil Oitocentista. **Lusíada. História**, n.º 9, 10, 2014.

OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. A Querela de Clio Na Região Do Prata E O Brasil: Tensões E Diálogos Da Escrita Da História Nos Institutos Históricos E Geográficos (1838-1852). **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 173 (454):115-156, jan./mar. 2012.

PAIM, Antonio. **Escola Eclética. Estudos Complementares. A história da ideias filosóficas no Brasil**. Vol. IV. 2ª edição revisada. Edições CEFIL. Londrina. 1999.

\_\_\_\_\_. **A necessidade da Filosofia: em homenagem ao Segundo Centenário de Nascimento de Victor Cousin**. S/D. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/1559/1347>>. Último acesso em: 04/12/2017

PALTI, Elías. **La nación como problema. Los historiadores y la “cuestion nacional”**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PEREIRA, Luisa Rauter. O Conceito Político de Povo No Período Da Independência: História E Tempo No Debate Político (1820-1823). **Revista Brasileira de História**, 33 (66): 31-47, 2013.

RANGEL, Marcelo de Melo. Gonçalves de Magalhães e a civilização do Império do Brasil através da literatura. In: **História & Perspectivas**, v. 24, p. 149-192, 2011a.

RANGEL, Marcelo de Melo. **Poesia, história e economia política nos “Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói”**. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. 2011. 316f. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011b.

REVISTA POPULAR. Rio de Janeiro, ano 1, tomo 1. 1859c.

REVISTA TRIMESTAL DO IHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t.21, 1858.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Nenhum Brasil existe** - pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. A produção da distância histórica entre Brasil e Portugal: as disputas pelo passado colonial. **Revista Uniabeu**. v. 7, n. 15. 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantism. Rio de Janeiro, 7letras, 2006.p. 68-85.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. **Guerra do Paraguai, Memórias e Imagens**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e estadistas luso-brasileiros, no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822**. Unicamp: Depto. De História, 2000.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Retratos a Lápis. In: **O Kaleidoscopio**. São Paulo, nº 22, 1860.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da eloquência**. Rio de Janeiro: EDUERJ/ EDUFF, 1999;

TURIN, Rodrigo. **Uma nobre, difícil e útil tarefa: o ethos do historiador oitocentista**. História da historiografia, n.2, março, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860)**. L'Atelier du Centre de recherches historiques [En ligne], 07 | 2011, mis en ligne le 17 avril 2011, consulté le 30 novembre, 2015.

VARELA, Flávia. GONTIJO, Rebeca; OLIVEIRA, Maria da Glória. (org.). **História e Historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil**. Porto Alegre: EDIPRUCS, 2015.

WHITE, Hayden; DIMENDBERG, Ed. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.